

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	68
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	71
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	8.636.904
Preferenciais	0
Total	8.636.904
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	21.908.932	19.679.341	15.542.550
1.01	Ativo Circulante	1.462.948	695.870	320.704
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	237.131	293.377	105.243
1.01.03	Contas a Receber	280.934	191.677	96.774
1.01.03.01	Clientes	280.934	191.677	96.774
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	280.934	191.677	96.774
1.01.06	Tributos a Recuperar	110.465	17.965	10.061
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	110.465	17.965	10.061
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	46.496	17.965	10.061
1.01.06.01.02	Tributos Compensáveis	63.969	0	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	37.821	29.871	26.780
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	796.597	162.980	81.846
1.01.08.03	Outros	796.597	162.980	81.846
1.01.08.03.01	Dispendios reembolsáveis	756.227	155.640	77.716
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	22.212	7.340	4.130
1.01.08.03.03	Depósitos em Garantia	18.158	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	20.445.984	18.983.471	15.221.846
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	255.504	972.149	495.152
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.340	8.956	10.209
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.340	8.956	10.209
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	37.851	54.453	72.958
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	205.313	908.740	411.985
1.02.01.09.03	Depósitos em garantia	152.946	157.637	76.974
1.02.01.09.04	Impostos de renda e contribuição social a recuperar	0	23.407	34.686
1.02.01.09.05	Tributos compensáveis	1.131	3.426	11.311
1.02.01.09.06	Devedores Diversos	21.457	25.956	20.767
1.02.01.09.07	Dispêndios reembolsáveis	29.779	698.314	268.247
1.02.03	Imobilizado	19.994.107	17.808.352	14.527.352

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1.02.04	Intangível	196.373	202.970	199.342

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	21.908.932	19.679.341	15.542.550
2.01	Passivo Circulante	1.949.105	900.365	707.995
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.101	7.846	6.837
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.101	7.846	6.837
2.01.01.01.01	Obrigações estimadas com pessoal	7.826	5.741	5.246
2.01.01.01.02	Salários e encargos a pagar	2.275	2.105	1.591
2.01.02	Fornecedores	1.186.309	309.510	313.049
2.01.03	Obrigações Fiscais	30.744	16.917	10.906
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.744	16.917	10.906
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições sociais	30.744	16.917	10.906
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	403.815	234.785	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	392.446	234.571	0
2.01.04.02	Debêntures	11.369	214	0
2.01.05	Outras Obrigações	206.823	238.417	153.139
2.01.05.02	Outros	206.823	238.417	153.139
2.01.05.02.04	Cauções em Garantia	95.188	78.704	0
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	46.684	117.914	122.948
2.01.05.02.06	Credores diversos	12.665	11.281	10.890
2.01.05.02.07	Concessões a pagar	17.502	16.416	15.524
2.01.05.02.08	Encargos regulamentares e setoriais	34.784	14.102	3.777
2.01.06	Provisões	111.313	92.890	224.064
2.01.06.02	Outras Provisões	111.313	92.890	224.064
2.01.06.02.04	Provisões socioambientais	111.313	92.890	224.064
2.02	Passivo Não Circulante	13.515.912	12.909.943	9.767.549
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	12.645.579	11.658.419	9.045.870
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.491.671	9.478.211	8.256.823
2.02.01.02	Debêntures	3.153.908	2.180.208	789.047
2.02.02	Outras Obrigações	435.802	373.218	532.699

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.02.02	Outros	435.802	373.218	532.699
2.02.02.02.03	Cauções em garantia	184.649	169.331	214.580
2.02.02.02.04	Adiantamento em clientes	0	0	117.914
2.02.02.02.05	Consessões a pagar	209.212	198.704	189.839
2.02.02.02.06	Fornecedores	0	5.183	10.366
2.02.02.02.07	Impostos e Contribuições	41.941	0	0
2.02.04	Provisões	434.531	878.306	188.980
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.664	8.697	8.037
2.02.04.01.05	Provisões para contingências	9.664	8.697	8.037
2.02.04.02	Outras Provisões	424.867	869.609	180.943
2.02.04.02.04	Provisões socioambientais	248.169	365.904	180.943
2.02.04.02.05	Outras provisões	176.698	503.705	0
2.03	Patrimônio Líquido	6.443.915	5.869.033	5.067.006
2.03.01	Capital Social Realizado	8.636.904	5.927.870	5.112.870
2.03.02	Reservas de Capital	68.076	0	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	68.076	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.261.065	-58.837	-45.864

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.343.960	1.300.585	342.261
3.01.01	Receita Líquida de venda de energia	2.520.600	1.482.419	487.777
3.01.02	Compartilhamento de receita líquida relacionada ao 2º cronograma de antecipação	-176.640	-181.834	-145.516
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.677.310	-920.852	-243.729
3.02.01	Custo com venda de energia elétrica	-3.151.287	-1.350.355	-535.542
3.02.02	Custo de Operação	-634.828	-286.681	-74.586
3.02.03	Compartilhamento de custos relacionados ao 1º cronograma de antecipação	-81.666	108.612	23.384
3.02.04	Compartilhamento de custos relacionados ao 2º cronograma de antecipação	190.471	607.572	343.015
3.03	Resultado Bruto	-1.333.350	379.733	98.532
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-137.659	-99.881	-64.387
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-138.023	-100.578	-64.453
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	30	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	334	697	66
3.04.05.01	Compartilhamento de despesas relacionados ao 2º cronograma de antecipação	334	697	66
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.471.009	279.852	34.145
3.06	Resultado Financeiro	-734.602	-291.572	-62.041
3.06.01	Receitas Financeiras	63.156	17.047	32.025
3.06.02	Despesas Financeiras	-797.758	-308.619	-94.066
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.205.611	-11.720	-27.896
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.383	-1.253	1.975
3.08.02	Diferido	3.383	-1.253	1.975
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.202.228	-12.973	-25.921
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.202.228	-12.973	-25.921
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-320,63	-2,36	-5,48
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0	-2,36	-5,48

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.202.228	-12.973	-25.921
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-7.032
4.02.01	Hedge de fluxo de caixa bruto	0	0	-10.655
4.02.02	Imposto de renda diferido	0	0	2.664
4.02.03	Contribuição Social diferida	0	0	959
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.202.228	-12.973	-32.953

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.928.269	-234.855	-161.229
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-453.768	-51.101	-23.046
6.01.01.01	Pagamento de juros ao FNO	-381.356	-24.124	-23.046
6.01.01.02	Pagamento de juros de debêntures	-72.412	-26.977	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-332.068	-167.512	-11.771
6.01.02.01	Devedores Diversos	-10.373	-8.412	14.027
6.01.02.02	Consumidores e concessionárias	191.677	96.774	0
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	8.652	15.414	23.536
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-5.124	3.375	-2.534
6.01.02.05	Tributos compensáveis	-61.674	7.885	-7.485
6.01.02.06	Depósitos em garantia	-13.467	-80.663	-73.378
6.01.02.07	Dispêndios reembolsáveis	23.644	30.688	-48.243
6.01.02.08	Provisões socioambientais	-114.609	-115.636	-154.349
6.01.02.09	Adiantamento de clientes	154.789	-122.948	240.862
6.01.02.10	Imposto e contribuições sociais	1.209	6.011	-4.207
6.01.02.11	Fornecedores	-510.431	0	0
6.01.02.12	Salários e encargos a pagar	170	0	0
6.01.02.13	Obrigações com pessoal	2.085	0	0
6.01.02.14	Outros passivos	1.384	0	0
6.01.03	Outros	-1.142.433	-16.242	-126.412
6.01.03.01	Prejuízo do exercício antes do IR e da CS	-2.205.611	-11.720	-27.896
6.01.03.02	Juros e variações monetárias, líquidas	595.696	295.254	88.563
6.01.03.03	Fornecimento e suprimento de energia elétrica	-520.478	-191.677	-96.774
6.01.03.04	Energia elétrica comprada para revenda	306.821	138.183	80.099
6.01.03.05	Encargos regulamentares e setoriais	20.682	65.556	27.197
6.01.03.06	Depreciação e amortizações	368.191	223.210	37.351
6.01.03.07	Resultado líquido do cronograma de antecipação	67.501	-535.048	-220.949
6.01.03.08	Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	0	0	-14.003

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.03.09	Encargo de uso da rede	60.788	0	0
6.01.03.10	Outros custos operacionais	163.977	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.392.125	-2.408.593	-2.346.983
6.02.01	Adições ao imobilizado	-1.373.516	-2.381.116	-2.331.897
6.02.02	Pagamento de uso do bem público	-17.057	-16.118	-11.542
6.02.03	Adições ao intangível	-1.552	-11.359	-3.544
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.264.148	2.831.582	2.163.678
6.03.01	Aumento do capital do acionista	2.777.110	815.000	1.388.230
6.03.02	Debêntures	704.941	1.228.903	770.448
6.03.03	Obtenção de empréstimos	15.000	787.679	5.000
6.03.04	Pagamento de financiamentos - Principal	-232.903	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-56.246	188.134	-344.534
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	293.377	105.243	449.777
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	237.131	293.377	105.243

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.927.870	0	0	-58.837	0	5.869.033
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.927.870	0	0	-58.837	0	5.869.033
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.202.228	0	-2.202.228
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-2.202.228	0	-2.202.228
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	-2.202.228	0	-2.202.228
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	2.777.110	0	0	0	0	2.777.110
5.06.04	Capital subscrito	3.190.000	0	0	0	0	3.190.000
5.06.05	Capital a integralizar	-480.966	0	0	0	0	-480.966
5.06.06	AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	68.076	0	0	0	0	68.076
5.07	Saldos Finais	8.704.980	0	0	-2.261.065	0	6.443.915

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.112.870	0	0	-45.864	0	5.067.006
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.112.870	0	0	-45.864	0	5.067.006
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-12.973	0	-12.973
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-12.973	0	-12.973
5.05.02.06	Prejuízo do exercício	0	0	0	-12.973	0	-12.973
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	815.000	0	0	0	0	815.000
5.06.04	Total de contribuição de acionistas	815.000	0	0	0	0	815.000
5.07	Saldos Finais	5.927.870	0	0	-58.837	0	5.869.033

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.724.640	0	0	-19.943	7.032	3.711.729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.724.640	0	0	-19.943	7.032	3.711.729
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.921	-7.032	-32.953
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-25.921	-7.032	-32.953
5.05.02.06	Hedge do fluxo de caixa	0	0	0	0	-7.032	-7.032
5.05.02.07	Prejuízo do exercício	0	0	0	-25.921	0	-25.921
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	1.388.230	0	0	0	0	1.388.230
5.06.04	Total de contribuição de acionistas	1.388.230	0	0	0	0	1.388.230
5.07	Saldos Finais	5.112.870	0	0	-45.864	0	5.067.006

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	5.436.846	5.273.912	3.839.522
7.01.02	Outras Receitas	2.889.498	1.766.075	587.018
7.01.02.01	Receitas operacionais	2.889.468	1.766.075	587.018
7.01.02.02	Outras receitas	30	0	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.547.348	3.507.837	3.252.504
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.877.666	-3.923.710	-2.929.634
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.560.978	-4.415.079	-3.101.044
7.02.04	Outros	-316.688	491.369	171.410
7.03	Valor Adicionado Bruto	-440.820	1.350.202	909.888
7.04	Retenções	-368.191	-223.210	-37.351
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-368.191	-223.210	-37.351
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-809.011	1.126.992	872.537
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	95.923	49.532	124.618
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-713.088	1.176.524	997.155
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-713.088	1.176.524	997.155
7.08.01	Pessoal	67.986	46.751	34.985
7.08.01.01	Remuneração Direta	56.607	38.845	31.130
7.08.01.02	Benefícios	8.453	6.074	2.570
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.926	1.832	1.285
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	100.998	182.193	50.089
7.08.02.01	Federais	-22.336	47.434	1.592
7.08.02.02	Estaduais	123.052	134.728	48.491
7.08.02.03	Municipais	282	31	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.320.156	960.553	938.002
7.08.03.01	Juros	1.314.346	956.055	933.783
7.08.03.02	Aluguéis	5.810	4.498	4.219
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.202.228	-12.973	-25.921
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.202.228	-12.973	-25.921

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia" ou "SAE") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2014 foi um ano de grandes desafios para nós da SAE e acionistas, frente a um cenário bastante adverso para o setor elétrico, com o registro de eventos hidrológicos não usuais, como a cheia histórica do Rio Madeira, baixas afluências na região sudeste pelo terceiro ano consecutivo e indefinições quanto a questões regulatórias que impactaram severamente a Companhia. Não menos diferente foi para a economia Brasileira, que vivenciou um ano de estagnação econômica, com aumento das despesas públicas e baixa geração de renda, esta última impactada pela realização da Copa do Mundo - que paralisou o Brasil - e das eleições presidenciais/estaduais. Não obstante este complexo contexto, a Santo Antônio, através de aportes dos seus acionistas e da abertura de seu capital (categoria B), captando recursos via emissão de debêntures de infraestrutura, deu sequência ao seu programa de investimentos para a motorização, atingindo a totalidade de sua garantia física em setembro de 2014, gerando 2.218 MW médios, energia suficiente para atender aproximadamente 40 Milhões de pessoas.

A disposição dos nossos acionistas de acreditar nesse empreendimento, mesmo com todas as adversidades ocorridas, adicionada à confiança depositada nos seus gestores, ajudou a Companhia a superar todos esses obstáculos e, além disso, continuar com a implantação do projeto em ritmo acelerado, perfazendo, assim, 94% do avanço físico da UHE.

Encerramos 2014, portanto, com 32 turbinas em operação, o dobro do número de turbinas colocadas em operação até 2013. Isso significou o aumento no volume de venda de energia e consequentemente um aumento da receita de R\$ 1.301 milhões para R\$ 2.344 milhões, ou seja, um incremento de R\$ 1.043 milhões que representa um crescimento de 80% em relação ao ano de 2013. Outro fator de destaque foi a venda dos 206,2 MW médios da garantia física da expansão, referente ao Projeto Básico Complementar Alternativo da UHE Santo Antônio, aprovado pela ANEEL em 2013, com a inclusão de mais 6 unidades geradoras e alteamento do reservatório para a cota 71,3m. No Leilão nº 03/2014 (A-3) foi vendido 65% do volume da energia adicional da expansão, sendo destinado 35% para o ACL - mercado livre.

Importante ressaltar que em relação ao total da garantia física da UHE Santo Antônio, 70% estão comercializados no Ambiente Regulado até o final da concessão e 30% estão comercializados no ambiente de contratação livre, com prazos superiores a 12 anos, o que dá segurança e previsibilidade da nossa receita nos próximos anos.

O comprometimento da SAE para o desenvolvimento socioeconômico da região onde atua, também é um fator de destaque. Mantivemos nossos investimentos na área socioambiental com desembolsos de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão até 31 de dezembro de 2014.

Em abril deste ano, conquistamos entre todos os projetos já analisados, o maior número de notas máximas na categoria Implantação em avaliação realizada pela IHA – *International Hydropower Association* – uma organização sem fins lucrativos, fundada há quase vinte anos, com o suporte da UNESCO e que mede a sustentabilidade de empreendimentos hidrelétricos. Essa avaliação reforça o compromisso da Hidrelétrica Santo Antônio com as melhores práticas globais em sustentabilidade, além de reafirmar o compromisso de implantar, de forma sustentável, uma usina de grande porte em plena Amazônia.

Neste ano desafiador agradecemos a confiança e o suporte reiterados pelos nossos integrantes, clientes, acionistas, investidores, credores e fornecedores, que nos ajudaram a manter a SAE ainda mais forte para enfrentar os próximos desafios de 2015.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A SAE é uma sociedade de propósito específico, constituída em janeiro de 2008, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implantação da UHE Santo Antônio no Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica.

A construção da UHE Santo Antônio, com a implantação de turbinas do tipo “Bulbo” – que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água – teve seu início no segundo semestre de 2008.

Em 31 de dezembro de 2014, a UHE Santo Antônio possuía 32 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.218 MW médios de garantia física e 18 unidades geradoras em montagem/comissionamento, perfazendo 50 unidades geradoras que serão instaladas até novembro de 2016, totalizando, então, 3.568 MW de capacidade instalada.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 13 de junho de 2008.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2014 novamente apresentou um cenário de instabilidade para a economia mundial, seguindo a tendência dos últimos anos, iniciada com a crise econômica de 2008.

No Brasil, o IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, que é o principal índice de inflação e que serve de base para a meta estabelecida pelo Ministério da Fazenda, fechou o ano em 6,41%, acima do centro da meta de 4,50% projetado pelo governo. Diante deste cenário, a taxa básica de juros (SELIC), sofreu seguidos aumentos em 2014, iniciando o ano em 10% e atingindo 11,75% em dezembro de 2014.

O aumento das taxas básicas de juros e uma inflação acima da meta afetaram o consumo das famílias, com efeito sobre o setor de serviços e industrial, refletindo em um crescimento do PIB quase que nulo, em 0,1%.

SETOR ELÉTRICO E REGULAMENTAÇÃO

O ano de 2014 foi um ano difícil para o setor elétrico, principalmente para as usinas hidrelétricas. O cenário hidrológico desfavorável desde 2012 acarretou na redução do nível de armazenamento dos reservatórios, exigindo maximização do despacho de energia térmica desde outubro/12, com consequente elevação do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

Este cenário impactou financeiramente as usinas hidrelétricas, com o nível de armazenamento abaixo da média dos últimos 10 anos, levando o Operador Nacional do Sistema - ONS a priorizar o despacho de energia através das usinas termoeletricas, com o intuito de tentar recuperar e ou preservar os níveis dos reservatórios para os períodos mais secos. A restrição de geração imposta pelo período hídrico desfavorável, aliada à decisão do ONS de despachar grandes volumes de energia pelas usinas termoeletricas, expondo as hidroelétricas ao mecanismo denominado MRE-Mecanismo de Realocação de Energia, gerando grandes impactos financeiros.

O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independente de seu regime de produção individual. Quando esse conjunto não produz energia suficiente para atender a garantia física total do condomínio, gera uma situação de déficit, conhecida no setor como GSF – *Generation Scaling Factor*, que resulta em exposições financeiras negativas. Essa apuração é realizada mensalmente pelo ONS e liquidada a PLD mensalmente em (m+2) na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

RECURSOS HUMANOS

A Companhia, ao final de 2014, tinha 455 integrantes, dos quais 85% estavam localizados em Porto Velho. O perfil educacional do seu quadro de integrantes contempla 35% com nível

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

superior completo e 4% em formação, além de 32% com formação técnica ou tecnóloga e 26% com ensino médio.

A companhia mantém programas de treinamentos para todos os seus níveis hierárquicos, sendo que o investimento em educação, realizado em 2014, foi de R\$ 1,08 milhão.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 se destinaram à construção e implantação da UHE Santo Antônio. A distribuição destes, por período, está demonstrada abaixo:

Período	2011	2012	2013	2014
Investimento (R\$ mil)	4.432.097	3.017.339	3.281.000	2.286.755

O montante total a ser investido no projeto é de R\$ 19,8 bilhões, sendo que, até 2014, foram desembolsados R\$ 17 bilhões. Portanto, até a sua conclusão, a Companhia prevê ainda investir aproximadamente R\$ 3 bilhões.

Os investimentos serão financiados por capital próprio e pela liberação de recursos dos financiamentos já contratados na modalidade *project finance*.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A UHE Santo Antônio foi estruturada para produzir energia elétrica e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região. Por isso, tão importante quanto as suas características técnicas, é o relacionamento que mantém com a comunidade local e que se materializou sob a forma de programas específicos para compensação e mitigação dos impactos sociais, econômicos e ambientais.

A política ambiental da Companhia está inserida na Política Integrada de Gestão, onde a Companhia identifica e gerencia os riscos do negócio e seus impactos ao meio ambiente, sociedade, à saúde e segurança dos profissionais e à qualidade de seus produtos e serviços.

No total, serão investidos aproximadamente R\$ 2 bilhões em sustentabilidade, alocados em Compensação Social, Compensação Ambiental, e nos 28 programas que constam do Projeto Básico Ambiental (PBA), incluindo o Programa de Remanejamento da População Atingida.

Responsabilidade Ambiental – a legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras e que, se violados, podem sujeitar a Companhia a sanções administrativas, civis e criminais.

Adesão a Padrões Internacionais de Sustentabilidade – abaixo algumas iniciativas ambientais adotadas pela Companhia:

a. Princípios do Equador: são um conjunto de regras e diretrizes estabelecidas em 2003 por um grupo internacional de bancos, juntamente com o *International Finance Corporation* ("IFC"), subsidiária do Banco Mundial, por meio dos quais se estabeleceu parâmetros socioambientais para a concessão de crédito aos empreendimentos eventualmente lesivos ao ambiente. Há forte tendência para que as instituições financeiras, cada vez mais, analisem detalhadamente cada empreendimento a ser financiado, a fim de evitar o risco potencial de sua co-responsabilização por eventuais danos ao meio ambiente, bem como evitar o próprio risco do crédito.

b. Emissão de Créditos de Carbono (ONU): A UHE Santo Antônio com a operação na cota 70,5m tem uma relação de potência nominal instalada/área de reservatório de 8,88W/m², que é o dobro da eficiência energética mínima para gerar créditos de carbono (4W/m²), graças ao uso da turbina bulbo, responsável por gerar energia utilizando a vazão do rio e dispensando a formação de um grande reservatório. A Companhia obteve a autorização para o registro na

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Organização das Nações Unidas ("ONU") para participar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo ("MDL").

Com o aval da ONU, a UHE Santo Antônio foi a primeira usina de grande porte e em operação comercial no Brasil a gerar efetivamente créditos de carbono para o mercado global, sendo que, até 31/12/2014 foram emitidos 1.057.929 CERs.

c. *Hydropower Sustainability Assessment Protocol*: Em abril de 2014, a Companhia passou pelo processo de avaliação com base no *Hydropower Sustainability Assessment Protocol* ("Protocolo"), uma ferramenta de avaliação de sustentabilidade usada para medir e orientar o desempenho no setor de energia hidrelétrica, segundo as melhores práticas adotadas em nível mundial. Foram avaliados 20 critérios que permeiam o projeto como um todo. A UHE Santo Antônio recebeu a melhor avaliação, até o momento, em projetos em implantação, com o maior número de notas máximas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nos termos do Estatuto Social da SAE, o Conselho de Administração é composto atualmente por 11 membros efetivos além de seus respectivos suplentes, com mandato unificado de 1 ano, sendo permitida a reeleição dos membros do Conselho de Administração. No mínimo 20% deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os elegeu, sendo também considerados independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações.

Nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 45 dias e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos Conselheiros em exercício. Nos termos do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e, quando instalado, terá entre 3 e 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição.

COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO

Número de Turbinas e Volume Vendido

A SAE terminou o ano de 2014 com 2.218 MW de capacidade instalada, contando com 32 turbinas em operação, frente a 1.139 MW de capacidade instalada e 16 turbinas em operação em 2013. O volume vendido passou de 12.593 GWh em 2013 para 19.817 GWh em 2014.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional da UHE Santo Antônio é composta pela comercialização de energia elétrica nos ambientes regulado e livre. No ano de 2014, a receita operacional líquida da Companhia alcançou R\$ 2.344 milhões e no ano de 2013 R\$ 1.301 milhões, o que demonstra um incremento de 80%, substancialmente em razão do aumento do volume entregue pelo acréscimo do número de turbinas em operação comercial.

A Companhia já comercializou 100% do volume de energia assegurada, por meio da celebração de contratos no ACR e ACL. Do volume de garantia física do projeto original (2.218 MW médios), 30% foram vendidos com prazos superiores a 12 anos e os 70% restantes, até o final do prazo da concessão da UHE Santo Antônio. O Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA), que se refere à expansão da usina, incrementou 206,2 MW médios de garantia física. Deste volume, 65% foram vendidos no ACR, em contratos com prazo de 35 anos, e 35% foram disponibilizados para o ACL.

Custo com Venda de Energia Elétrica

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O custo com venda de energia elétrica, em 2014, foi de R\$ 3.151 milhões, representando um crescimento de 133% em relação a 2013, fato este decorrente, principalmente, pelo aumento dos custos referentes ao FID e GSF. Em 2014, foram incorridos R\$ 723 milhões com FID (Fator de Disponibilidade) e R\$ 1.044 milhões com GSF. Além disso, recompras de energia para recomposição de lastro somaram R\$ 1.157 milhões. É importante ressaltar também o incremento de R\$ 533 milhões de encargo de uso da rede elétrica em razão do aumento de unidades geradoras em operação comercial, de 16 unidades geradoras em 2013 para 32 unidades geradoras em 2014.

Custo de Operação

O custo de operação passou de R\$ 287 milhões em 2013 para R\$ 635 milhões em 2014, um incremento de 121%. O aumento apresentado ocorreu principalmente pelo aumento no número de turbinas em operação comercial (de 16 unidades geradoras em 2013 para 32 em 2014) impactando: (i) a depreciação dos ativos da Companhia e; (ii) o aumento do custo de operação e manutenção da UHE Santo Antônio, decorrente de maior número de operadores, técnicos e outros profissionais de operação e manutenção.

A composição do custo de operação de 2014 tem como principais itens: (i) depreciação e amortização, R\$ 366 milhões; (ii) serviços de terceiros de operação e manutenção, R\$ 17 milhões; (iii) R\$ 35 milhões com custos com pessoal de operação e manutenção; e (iv) R\$ 177 milhões gastos oriundos dos Efeitos das Greves e deslocamento do cronograma pelo efeito da motorização adicional (PBCA).

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas (G&A) apresentaram incremento de 35% entre 2013 e 2014, passando de R\$ 101 milhões para R\$ 137 milhões. Este aumento se deu em razão do incremento das atividades de apoio operacionais e comerciais da Companhia, além do aumento dos gastos relacionados às questões jurídicas, principalmente em razão dos processos judiciais da SAE junto aos órgãos competentes, como ações referentes à Excludente de Responsabilidade e recontabilização do FID.

Receita Financeira

A receita financeira da Companhia aumentou 271% na comparação entre os anos de 2013 e 2014, passando de R\$ 17 milhões para R\$ 63 milhões. Tal diferença se deve principalmente pelo aumento do caixa médio da Companhia no ano de 2014, além do aumento da remuneração das aplicações financeiras, decorrente de uma taxa Selic média mais alta em 2014.

Despesa Financeira

A apropriação da despesa financeira no resultado é proporcional ao número de turbinas em operação. A SAE encerrou o ano de 2014 com 32 turbinas em operação comercial, ante 16 ao fim de 2013. É importante também destacar a 3ª emissão de debêntures da Companhia, no valor de R\$ 700 milhões. A conta de despesa financeira em 2014 foi de R\$ 798 milhões, representando um aumento de 158% quando comparado a 2013, que foi de R\$ 309 milhões, principalmente devido ao aumento do número de turbinas em operação, como explicado anteriormente.

EBITDA

O EBITDA do ano de 2014 foi negativo em R\$ 1.103 milhões (Margem EBITDA de -47,05%), frente à R\$ 503 milhões em 2013 (Margem EBITDA de 38,68%). Novamente, os impactos do FID e do GSF foram extremamente lesivos à Companhia. Contudo, as necessidades de caixa da SAE foram adicionalmente supridas por aportes dos acionistas.

Prejuízo do Exercício

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Como resultado do explicado acima, o prejuízo do exercício totalizou R\$ 2.202 milhões, comparado com R\$ 13 milhões em 2013.

R\$ Mil	2014	2013
Prejuízo do exercício	(2.202.228)	(12.973)
(+) Despesas financeiras líquidas	734.602	291.572
(+) Imposto de renda e contribuição social	(3.383)	1.253
(+) Depreciação e amortização	368.191	223.209
EBITDA	(1.102.818)	503.061
Receita líquida	2.343.960	1.300.585
Margem EBITDA	(47,05%)	38,68%

Endividamento

Em dezembro de 2014, a Companhia possuía saldo de dívidas conforme demonstrado abaixo:

CREDOR	(R\$ mil)
BNDES	4.556.390
Bancos repassadores de recursos do BNDES	4.717.113
Debenturistas da 1ª emissão	1.976.107
Debenturistas da 2ª emissão	469.446
Debenturistas da 3ª emissão	719.724
FNO	631.899
Custo de Transação a amortizar – BNDES	-21.285
TOTAL	13.049.394

A dívida líquida (dívida bruta descontada das disponibilidades da Companhia), em 31 de dezembro de 2014, correspondia a R\$ 12.812 milhões (R\$ 11.600 milhões em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia monitora o indicador Dívida Líquida / Patrimônio Líquido, o qual é utilizado como métrica de alavancagem financeira. Nos termos da escritura da 1ª emissão de debêntures da Companhia, este indicador deve ser mantido em um valor inferior a 3,5. A Companhia tem respeitado esta restrição, como demonstrado abaixo:

Dívida Líquida / PL

2014	2013	2012
1,99	1,98	1,76

O índice de alavancagem financeira da Companhia (razão entre Ativo Total e Patrimônio Líquido) teve um aumento de 3,35, em 31 de dezembro de 2013, para 3,40, em 31 de dezembro de 2014, principalmente em virtude da nova emissão de debêntures e do prejuízo registrado.

O Capital Circulante Líquido (CCL), que corresponde ao Ativo Circulante subtraído do Passivo Circulante, evoluiu como segue:

CCL (R\$ mil)

2014	2013	2012
------	------	------

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(486.157)

(204.495)

(387.291)

Fornecedores

A conta de Fornecedores apresentou saldo em 2014 de R\$ 1.186 milhões, um aumento de 277% em relação a 2013, cujo saldo era de R\$ 315 milhões. Este aumento é referente principalmente à incorporação nesta conta dos “Efeitos das Greves”, anteriormente presente na conta “Outras Provisões”. Tais efeitos representam o ressarcimento, ao CCSA, dos custos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013 (greves ilegais e violentas – caso fortuito), que resultaram na elevação dos custos do Contrato EPC em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do consórcio. Além disso, o acréscimo dos montantes nas Liquidações da CCEE, decorrentes dos encargos setoriais e conjuntura econômica, que têm prazo de pagamento de 2 meses, é refletido nesta conta.

Adiantamento de Clientes

A conta de Adiantamento de clientes no final de 2014 totalizava R\$ 47 milhões, frente a um saldo de R\$ 118 milhões em 2013; uma redução de 60% decorrente da amortização mensal da antecipação da venda de energia.

Concessões a Pagar

A rubrica de Concessões a pagar trata da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão, para a utilização do bem público (“UBP”) para a geração de energia elétrica na UHE Santo Antônio, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$ 379 milhões, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, sendo o montante total da obrigação registrado pelo valor presente total do UBP até o final do Contrato de Concessão. Este valor atualizado é de R\$ 511 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Os valores originais contratados, atualizados monetariamente pela variação anual do IPCA, estão sendo pagos em 375 parcelas mensais a partir de abril de 2012.

A variação de 5% entre 2013 e 2014, passando de R\$ 215 milhões, para R\$ 227 milhões, se justifica tanto pela atualização monetária, quanto pela amortização do saldo.

		<i>R\$ mil</i>
UBP	31/12/2014	31/12/2013
Circulante	17.502	16.416
Não Circulante	209.212	198.704
TOTAL	226.714	215.120

Empréstimos e Financiamentos

É a conta mais significativa do Passivo, representando 45% em 2014, com saldo de R\$ 9.884 milhões. A variação de 1,8% em relação a 2013, cujo saldo era de R\$ 9.713 milhões deve-se principalmente pelos juros incorridos no período, uma vez que não houve desembolsos significativos de financiamentos do BNDES.

Credores	Encargos Financeiros	31/12/2014	31/12/2013
Repasse recursos BNDES	TJLP	4.717.113	4.643.248
BNDES	TJLP	4.556.390	4.487.985
Custo de Transação a amortizar (CPC 08)		-21.285	-22.321
FNO	Juros de 10% a.a.	631.899	603.870

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Total	9.884.117	9.712.782
-------	-----------	-----------

Debêntures

O saldo desta conta, de R\$ 3.165 milhões contempla as 3 emissões de Debêntures da Companhia, incluindo os juros incorridos, e representa 14% do Passivo total em 2014. A variação de 45% em relação a 2013, cujo saldo era de R\$ 2.180 milhões, é justificada principalmente pela 3ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 700 milhões em maio de 2014, além dos juros incorridos das 1ª e 2ª emissões.

Patrimônio Líquido

O saldo do Patrimônio Líquido de R\$ 6.444 milhões apresentou aumento de 9% entre 2013 e 2014, ou R\$ 575 milhões, sendo que as movimentações ocorridas no patrimônio líquido durante o exercício estão relacionadas, principalmente, ao aumento de capital para atender à necessidade de recursos pela Companhia para prosseguir com o investimento na construção da UHE Santo Antônio, e ao aumento do prejuízo entre os anos de 2013 e 2014.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em cada exercício social no montante de 25% do seu lucro líquido, após dedução de 5% de reserva legal, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o seu Estatuto Social.

Em função de restrições previstas em contratos de financiamentos em que figura como devedora e nas escrituras de debêntures de sua emissão, a Companhia não pode, sem expressa autorização do BNDES, do banco líder dos repasses de recursos do BNDES, do Banco da Amazônia e sem aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante acima do previsto na Lei das Sociedades por Ações, 25% do lucro líquido, após deduzida a reserva legal de 5%.

A Companhia foi constituída em 2008 e possuía prejuízos acumulados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Por esta razão, não houve pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

ADERÊNCIA À CAMARA DE ARBITRAGEM

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da SAE, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A SAE adota procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes, tais como consultar os auditores independentes para assegurar que a realização da prestação destes e de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos auditores independentes.

Durante o exercício de 2014 foram prestados outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Os honorários desses serviços não são significativos representando menos de 15% do total dos honorários relacionados à auditoria externa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria estatutária da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, que foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 13 de Março de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SAE agradece o empenho de todos seus integrantes e acionistas e o apoio de seus clientes, fornecedores, credores, bem como às entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2014.

São Paulo, 13 de março de 2015.

A Administração

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Santo Antônio Energia S.A. (“Companhia” ou “SAE”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 17 de janeiro de 2008, e tem por objetivo o desenvolvimento do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à construção, operação e exploração da referida hidrelétrica e seu sistema de transmissão associado.

Em 29 de setembro de 2008, a Madeira Energia S.A. – MESA (“Controladora”), Controladora integral da Companhia, obteve anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para transferir a concessão de geração de energia para a Companhia, hoje responsável pela construção e exploração do empreendimento e pelas instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora.

A construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, que prevê capacidade mínima instalada de 3.150,4 MW (projeto original), com a implantação de 44 turbinas do tipo “Bulbo” que operam em rios de baixa queda e grande vazão de água, teve seu início no segundo semestre de 2008. A garantia física de energia da UHE Santo Antônio, após completa motorização do projeto original, é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora (“UG”).

A Companhia pleiteou junto à ANEEL projeto de ampliação da UHE Santo Antônio em 6 UG’s para obter o aproveitamento ótimo de geração do Rio Madeira e para o Sistema Interligado Nacional (SIN), aumentando sua capacidade instalada em 418 MW, de 3.150 MW para 3.568 MW. A ANEEL, por meio do despacho nº 2.075, de 25 de junho de 2013, aprovou o projeto.

Em 18 de setembro de 2013, o Conselho de Administração da Controladora aprovou o projeto de ampliação da UHE Santo Antônio em 6 unidades geradoras. Com a ampliação, a UHE Santo Antônio terá 50 UG’s, com incremento de 206,2 MW médios, a um custo estimado em R\$ 1.538 milhões data base (não auditado).

A UHE Santo Antônio iniciou o ano de 2013 com 9 unidades geradoras em operação comercial. Durante esse ano mais 7 unidades geradoras entraram em operação, encerrando o exercício de 2013 com 16 unidades geradoras operando comercialmente.

A Companhia obteve, em 2013, a autorização para o registro na Organização das Nações Unidas (“ONU”) para participar do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (“MDL”). Com o aval da ONU, a UHE Santo Antônio foi a primeira usina de grande porte e em operação comercial no Brasil a gerar efetivamente créditos de carbono para o mercado global. De acordo com a metodologia do MDL, o volume de créditos equivale à quantidade de gases de efeito estufa não emitida na atmosfera, ampliando a oferta de energia gerada de fonte limpa e renovável.

A UHE Santo Antônio com a operação na cota 70,5m tem uma relação de potência nominal instalada/área de reservatório de 8,88 W/m², que é o dobro da eficiência energética mínima para gerar créditos de carbono (4 W/m²), graças ao uso de turbinas do tipo bulbo, responsável por gerar energia utilizando a vazão do rio, dispensando a formação de um grande reservatório.

Em 09 de janeiro de 2014, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovado o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários “Categoria B”, nos termos da Instrução CVM 480, bem como a submissão do respectivo pedido de registro à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e respectivos suplentes.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 17 de fevereiro de 2014, o Operador Nacional do Sistema – ONS determinou que a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio rebaixasse o seu reservatório para a cota de 69,50m, o que resultou em uma diminuição de sua queda mínima operacional, provocando o desligamento de suas turbinas. Independentemente deste fato, para os valores de vazão registrados, superiores às especificações dos fabricantes, mesmo com o reservatório em seu Nível Máximo Normal (70,50m), as turbinas estariam desligadas.

A ocorrência de eventos hidrológicos não usuais, como a cheia recente do Rio Madeira, são fenômenos naturais pouco frequentes e que podem, eventualmente, vir a se repetir durante o período de concessão da usina e resultar no desligamento obrigatório das turbinas. Entretanto, estas situações foram computadas no cálculo da garantia física da usina, que representa o lastro para cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela SAE nos Ambientes de Contratação Regulado e Livre, não havendo qualquer possibilidade de impactar na sua produção energética média ao longo do seu período de concessão, tendo-se em vista que no período em que as unidades geradoras estiverem desligadas, a energia necessária para atingir a Garantia Física é suprida pelo *pool* de geradores hidráulicos do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Em 16 de abril de 2014, o Operador Nacional do Sistema – ONS instruiu à UHE Santo Antônio a iniciar um gradual processo de enchimento de seu reservatório visando atingir a cota de 70,5m, de maneira a garantir uma queda líquida de 9m, necessária para o retorno à operação de suas unidades geradoras.

Em 25 de abril de 2014, a UHE Santo Antônio iniciou a retomada, de maneira gradual, da operação de suas unidades geradoras.

Em 2014, as seguintes unidades geradoras tiveram liberação por parte da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para entrada em operação:

UG	Capacidade	Data de entrada		Despacho	Operação
		em operação			
UG 23	73.290 kw	09.01.2014	34/2014	Comercial	
UG 21	69.590 kw	22.02.2014	411/2014	Comercial	
UG 22	69.590 kw	22.02.2014	411/2014	Comercial	
UG 24	73.290 kw	22.02.2014	411/2014	Comercial	
UG 16	73.290 kw	25.03.2014	721/2014	Comercial	
UG 25	73.290 kw	27.03.2014	753/2014	Comercial	
UG 26	73.290 kw	27.03.2014	753/2014	Comercial	
UG 18	73.290 kw	07.04.2014	1.129/2014	Comercial	
UG 19	73.290 kw	07.04.2014	1.129/2014	Comercial	
UG 20	73.290 kw	07.04.2014	1.129/2014	Comercial	
UG27	73.290 kw	05.07.2014	2.350/2014	Comercial	
UG 29	73.290 kw	07.08.2014	3.045/2014	Comercial	
UG 31	69.590kw	16.08.2014	3.151/2014	Comercial	
UG 28	73.290 kw	20.08.2014	3.202/2014	Comercial	
UG 30	73.290 kw	21.08.2014	3.231/2014	Comercial	
UG 32	69.590kw	05.09.2014	3.630/2014	Comercial	

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2014, a UHE Santo Antônio possui 32 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.218 MW médios de garantia física. Em comparação ao mesmo período do exercício anterior, a UHE Santo Antônio operou em 2014 com 16 unidades geradoras a mais. Como consequência, houve aumento na receita líquida de venda de energia assim como no custo de venda de energia elétrica.

A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão.

Em cumprimento ao edital de leilão nº 05/2007 da UHE Santo Antônio, que prevê a comercialização de 70% de sua energia assegurada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, em 25 e 28 de julho de 2008, foram assinados, por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, com as 32 compradoras participantes do Leilão nº 05/2007 - ANEEL, cujo valor total é de 2.218 megawatts médios, que está sendo comercializado no mercado regulado a um preço de R\$ 78,87 o megawatt hora (R\$ 116,32, em 31 de dezembro de 2014, atualizados pelo IPCA).

Em 06 de junho de 2014, por meio do Leilão A-3, a Companhia vendeu 126,9 MW médios de energia da ampliação da UHE Santo Antônio, que serão entregues a partir de 2017.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura ocorrida em 13 de junho de 2008.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de março de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.21.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC's vigendo a partir de 2014 com impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados inicialmente pelos seus valores justos e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Incluem-se nesta categoria "Consumidores e concessionárias", que representam saldos a receber pela venda de energia, bem como "Caixa e equivalentes de caixa", "Dispêndios reembolsáveis" e "Depósitos e garantias".

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia avalia, na data do encerramento do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*Impairment*).

2.4 Despesas pagas antecipadamente

Representadas por ativos decorrentes de pagamentos antecipados, cuja prestação de serviço ocorrerá em período subsequente e não será reembolsado e/ou recebido em dinheiro, nem representa bens fisicamente existentes (Nota 8).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Outros ativos

Representados, principalmente, por estoque de materiais utilizados na operação da Companhia, adiantamentos efetuados a fornecedores de serviços e por créditos contra os empregados.

2.6 Dispêndios reembolsáveis

Trata-se de desembolsos que não representam despesas da Companhia e que serão objeto de reembolso pelo seu beneficiário. Os gastos realizados pela Companhia, que possuem previsão contratual de reembolso, são inicialmente registrados no resultado ou no ativo imobilizado da Companhia, conforme sua natureza, e, separadamente, a crédito de redução desse gasto, a Companhia apropria a parcela reembolsável em contrapartida a “Dispêndios reembolsáveis”. Os reembolsos são registrados pelo valor do custo reembolsável incorrido e atualizados conforme previsão de cada contrato.

2.7 Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

2.8 Imobilizado (Nota 12)

Registrado ao custo de aquisição e construção. Inclui a capitalização dos encargos de empréstimos tomados especificamente para o financiamento de projetos, líquidos das receitas auferidas com esses recursos. A apropriação mensal desses encargos está sendo realizada de maneira proporcional à quantidade de unidades geradoras em construção.

Inclui também: (a) adiantamentos a fornecedores para aquisição de bens que integram o imobilizado; (b) estoque de bens para aplicação no imobilizado; (c) gastos relacionados com as ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais; e (d) gastos realizados em benefício da obra como um todo.

A depreciação dos ativos imobilizados da Companhia é calculada com base nas vidas úteis estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa à Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 02 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012) ou com base no período de concessão, das duas, a menor vida útil (orientação técnica OCPC 05).

A Companhia adota o método linear para a depreciação de seus ativos.

2.9 Intangível (Nota 13)

Representado por licenças adquiridas de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. E, ainda, pelo “Uso do bem público” (UBP), que se trata de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto da concessão ao longo do prazo previsto em contrato. O pagamento do UBP é efetuado mensalmente ao Governo Federal, desde a entrada em operação comercial. É registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão. Durante a fase de construção até a entrada em operação comercial, a atualização foi capitalizada ao custo do intangível, após a entrada em operação, a atualização passou a ser reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, , não foram identificadas pela Administração indicadores que pudessem requerer o registro de perdas de *impairment* para os ativos não financeiros.

2.11 Fornecedores (Nota 14)

Referem-se, substancialmente, a valores a pagar ao consórcio responsável pela construção da UHE Santo Antônio, encargos de uso da rede elétrica, suprimento de energia elétrica e a contratos de seguros.

2.12 Adiantamentos de clientes (Nota 20)

Refere-se a adiantamento de cliente decorrente de contrato de suprimento de energia.

2.13 Empréstimos (Notas 15 e 16)

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros, inclusive debêntures que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica, são classificados como passivo.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Concessões a pagar

Trata-se da obrigação, assumida pela Companhia no Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, de recolher à União o pagamento total fixado de R\$ 379.267, em parcelas mensais iguais, sendo exigida a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, ocorrida em 30 de março de 2012, até o 35º ano da concessão. O valor do pagamento é atualizado anualmente pelo IPCA, o montante total da obrigação é registrado pelo valor presente total do UBP até o final do contrato de concessão descontado à taxa de 6,94% a.a. (Nota 21).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado dos eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Provisões socioambientais

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – concedeu licenças ambientais para a Companhia, as quais impõem condicionantes para a construção do empreendimento. Essas obrigações, que estão relacionadas com ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação e compensação dos impactos socioambientais, foram estimadas e são monitoradas pela Administração da Companhia. Em conformidade com o OCPC05, esses gastos, relacionados à construção, foram estimados e registrados como custo do ativo imobilizado, em Reservatório, barragens e adutoras (Nota 23).

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 32)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias brasileiras promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Administração estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

No dia 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que revoga o regime tributário de transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta lei.

A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada dos preceitos atualmente disciplinados pela lei não deverá produzir impactos relevantes nas presentes demonstrações financeiras.

2.17 Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

2.18 Capital social (Nota 26)

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.19 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia, conforme descrição a seguir:

(a) Venda de energia elétrica

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado mensalmente, de acordo com a entrega dos volumes de energia previstos nos contratos de fornecimento e suprimento de energia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza de sua realização.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva. Compreende, basicamente, receitas de juros auferidas em aplicações financeiras mantidas pela Companhia.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.20 Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem requerer o registro de perdas de *impairment* para os ativos financeiros. No entanto, no o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Administração reconheceu *impairment* para "Dispêndios reembolsáveis" (Nota 7).

2.21 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos no atual exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Imposto diferido de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(c) Vida útil econômica de bens do ativo imobilizado (Notas 2.8 e 12)

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos imobilizados do setor elétrico brasileiro, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela agência são utilizadas nos processos de cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Adicionalmente, a depreciação dos itens que fazem parte do projeto original da UHE Santo Antônio está limitada ao período concessivo, pois não há previsão de indenização do valor residual desses itens ao término da concessão. Dessa forma, foram utilizadas as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL ou o período de concessão como base para depreciação do ativo

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

imobilizado, dos dois, o menor período, uma vez que a Companhia entende que as vidas úteis estabelecidas pela ANEEL representam as vidas úteis econômicas dos ativos para fins contábeis.

(d) Provisões

As principais provisões reconhecidas pela Companhia são as “Provisões socioambientais” (Nota 23) e “Provisões para contingências” (Nota 24).

Decorrente de obrigações assumidas perante o IBAMA, a estimativa de “Provisões socioambientais” é preparada e anualmente reavaliada pela Diretoria de Sustentabilidade e Meio Ambiente da Companhia e, ainda, é submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia, quando da aprovação do Plano de negócios da empresa. A “Provisão para contingências” é realizada com base no julgamento de escritórios de advocacia contratados e passam por validação dos advogados da Companhia.

(e) Base de preparação

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 486.157, decorrente, principalmente, da conta “Fornecedores” (Nota 14) e “Empréstimos e financiamentos” (Nota 15). Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Companhia conta com aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas de sua Controladora, bem como linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada no montante de R\$ 1.190.000.

Ademais, o resultado negativo da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$2.202.228) decorre principalmente de gastos com FID - Fator de disponibilidade (R\$723.467), GSF – *Generation Scaling Factor* (R\$ 1.044.096) e compras de energia para revenda (R\$ 1.156.907) que terão impactos mitigados, considerando que: (i) a UHE Santo Antônio Energia atingiu a Garantia física do projeto original, em setembro de 2014; (ii) o cálculo do FID foi revisto pela ANEEL, conforme Resolução Normativa 614/2014; e (iii) o novo teto do PLD, que passará dos atuais R\$ 822,83/MWh para R\$ 388,48/MWh.

3 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

(a) Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, investimentos, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações e proteger dos efeitos de variações das flutuações das taxas de juros.

A Administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Gestão de riscos

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras aprovadas por sua Administração que normatizam a exposição ao risco de crédito em instrumentos financeiros de forma a garantir o valor, a liquidez, a segurança e a rentabilidade de seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida conforme definidos no Plano de negócios da Companhia e deliberações do Conselho de Administração.

Os riscos financeiros mais relevantes a serem gerenciados pela Companhia são:

(i) Riscos de taxa de câmbio

Risco decorrente de mudanças na taxa de câmbio em transações já contratadas, mas cujo recebimento ou pagamento ocorrerá no futuro.

Alguns dos equipamentos que são utilizados na montagem da UHE Santo Antônio são adquiridos com base na cotação do Euro, a flutuação da cotação da moeda frente ao Real expõe a Companhia a um risco de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para a proteção desse risco. Nesta data, a Companhia possui, no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio (Contrato EPC), saldo de € 14.337 equivalentes a R\$ 46.266 (€ 9.659, em 31 de dezembro de 2013, equivalentes a R\$ 31.163).

(ii) Risco de taxa de juros e inflação

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais e inflação, em 31 de dezembro de 2014. O contrato para construção da UHE Santo Antônio está indexado aos Índices Gerais de Preços (IGP-M). Uma variação nesse índice ocasionará aumento no fluxo de caixa de investimentos.

A Santo Antônio Energia está exposta ainda à variação na taxa de juros dos financiamentos contratados. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui R\$ 9.884.117 em empréstimos e financiamentos contratados dos quais R\$ 9.273.503 (Nota 15 (a)), relacionados a financiamento obtido junto ao BNDES, estão atrelados à TJLP e possui R\$ 3.165.277 (Nota 16) em debêntures atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Adicionalmente, a Companhia assumiu, na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2008 de Uso do bem público para a geração de energia, a obrigação de recolher à União o montante total fixado em R\$ 379.267, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual de R\$ 11.852, reajustado anualmente pelo IPCA (Nota 21).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção desses riscos.

(iii) Risco de preço de *commodities*

Risco de preço de *commodities* é aquele relacionado à variação nos preços de matérias-primas (*commodities*). Durante o período de construção da UHE Santo Antônio, a Companhia está exposta à variação nos preços das principais matérias-primas utilizadas em seus equipamentos, como: Ferro Chapa-Grossa, Cobre Eletrolítico, IPI-Metalúrgica (Col.32). A Companhia tem como política monitorar mensalmente o risco de preços de *commodities*.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Risco de crédito

Risco de crédito da contraparte é aquele existente em função da incapacidade da contraparte de cumprir suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

Visando gerenciar esse risco, os relacionamentos da Companhia com instituições financeiras são apenas com instituições financeiras de primeira linha e que possuem “ratings” fornecidos por agências internacionais como Fitch Rating, Standard & Poor’s e Moody’s Investor e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Controladora por meio da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Parte dos contratos de venda de energia da Companhia está amparada em regras do ambiente de contratação regulada de energia. Adicionalmente, a Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, mediante fianças bancárias.

(v) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente os fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais. Para equalização do capital circulante negativo apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia conta com aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas de sua Controladora, bem como linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada no montante total de R\$ 1.190.000.

(vi) Análise de sensibilidade

Com relação ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2015, a taxa IPCA será de 6,39%. E para o risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, em 31 de dezembro de 2015, as taxas TJLP e CDI serão de 5,5% e 12,35%, respectivamente.

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Valor Contábil Em 31 de dezembro de 2014	Índices estimados	Em 31 de dezembro de 2015		
			Cenário provável	Cenário possível Aumento do risco em 25%	Cenário remoto Aumento do risco em 50%
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa - CDI - (Nota 4)	237.131	12,35%	266.410	273.730	281.050
Passivos					
Debêntures - IPCA - (Nota 16)	(3.165.277)	6,39%	(3.367.615)	(3.418.199)	(3.468.783)
Empréstimos ⁽¹⁾ - TJLP - (Nota 15)	(9.273.503)	5,50%	(9.783.546)	(9.911.056)	(10.038.567)
Concessões a pagar - IPCA - (Nota 21)	(226.714)	6,39%	(241.206)	(244.830)	(248.453)
Provisões socioambientais - IPCA (Nota 23)	(359.482)	6,39%	(382.462)	(388.206)	(393.951)
Passivo líquido exposto	(12.787.845)		(13.508.419)	(13.688.561)	(13.868.704)
Efeito líquido das variações			(720.574)	(900.716)	(1.080.859)

- (1) Análise não considera o financiamento do Banco da Amazônia S.A., cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. Esse financiamento não está atrelado à TJLP (Nota 15(b)).

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Derivativos

A Companhia pode realizar operações com instrumentos financeiros objetivando a proteção dos riscos de mercado decorrentes, como das variações do IGP-M e da variação cambial do Euro. Os principais riscos que a Companhia objetiva reduzir são sobre o fluxo de caixa, regulando as principais exposições de riscos financeiros oriundos do descasamento de usos e fontes, como: (i) de preço de *commodities*; (ii) de indexadores de preços na composição de ativos e passivos; (iii) de escolha de instrumentos de mitigação; e (iv) de crédito. Instrumentos derivativos são utilizados apenas em posições contrárias à exposição da Companhia.

A atividade de gestão de risco é regida por uma Política de Gestão de Riscos ("Política") devidamente aprovada pelo Conselho de Administração da Controladora e sob a responsabilidade da Diretoria Financeira que é composta por responsáveis das principais áreas envolvidas com o processo, como Tesouraria, Planejamento Financeiro, Fiscal e Contabilidade. A Política define todas as características das atividades de gestão de risco, estabelecendo relatórios e sistemas de controle para o acompanhamento de riscos, metodologias para cálculo da exposição, limites e critérios para tomada de risco de contraparte e de liquidez.

A estratégia da Companhia se baseia na utilização de instrumentos financeiros derivativos para a mitigação dos riscos de mercado considerados relevantes. A utilização destes instrumentos está sujeita a análises profundas sobre precificação, cotação competitiva, impacto contábil e outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições.

A Companhia monitora e avalia seus riscos periodicamente e ajusta a sua estratégia de acordo com as condições de mercado. A contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ser realizada com o intuito de proteção dos ativos e patrimônio dos acionistas e, portanto, não são mantidas posições alavancadas ou especulativas com derivativos.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto.

(d) Gestão de capital

Ao administrar o seu capital, a Companhia tem como objetivo salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Os índices de alavancagem financeira da Companhia em 31 de dezembro foram:

Descritivo	2014	2013
Debêntures (Nota 16)	3.165.277	2.180.422
Empéstimos (Nota 15)	9.884.117	9.712.782
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(237.131)	(293.377)
Dívida líquida (A)	12.812.263	11.599.827
Total do patrimônio líquido	6.443.915	5.869.033
Total do capital (B)	19.256.178	17.468.860
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)	66,54%	66,40%

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(e) Instrumentos financeiros por categoria**

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	237.131	293.377
Consumidores e concessionárias (Nota 5)	280.934	191.677
Dispêndios reembolsáveis (Nota 7)	786.006	853.954
Depósitos em garantia (Nota 10)	171.104	157.637
	1.475.175	1.496.645
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos (Nota 15)	9.884.117	9.712.782
Debêntures (Nota 16)	3.165.277	2.180.422
Fornecedores (Nota 14)	1.186.309	314.693
Concessões a pagar (Nota 21)	226.714	215.120
Cauções em garantia (Nota 17)	279.837	248.035
Outras obrigações, excluindo obrigações legais (*)	22.766	19.127
	14.765.020	12.690.179

(*) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros. O valor está representado, basicamente, pela soma dos saldos de: obrigações com pessoal e credores diversos.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****4 Caixa e equivalentes de caixa**

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Fundos de caixa	20	20
Bancos conta movimento	772	202
Aplicações financeiras	236.339	293.155
	237.131	293.377

As aplicações financeiras possuem rendimento médio de 100,34% da variação do CDI, são conversíveis em caixa em prazos menores que 90 dias e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Consumidores e concessionárias

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Consumidores - Fornecimento industrial	69.340	81.991
Concessionárias - Suprimento convencional	211.594	109.686
	280.934	191.677

6 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos das contas “Imposto de renda e contribuição social a recuperar” no montante de R\$ 46.496 (2013 - R\$ 41.372) registrados no ativo circulante e não circulante, referem-se, substancialmente, a imposto de renda retido na fonte incidente sobre os resgates das aplicações financeiras.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****7 Dispendios reembolsáveis**

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante		
Consórcio Construtor Santo Antônio (i)	51.567	131.996
Zurich Brasil Seguros (ii)		23.644
Consórcio Construtor Santo Antônio (iii)	1.383.211	
(-) Provisão para Redução ao Valor Recuperável (iii)	(678.551)	
	<u>756.227</u>	<u>155.640</u>
Não circulante		
Consórcio Construtor Santo Antônio (iii)		669.271
Energia Sustentável do Brasil S.A. (iv)	29.779	29.043
	<u>29.779</u>	<u>698.314</u>
	<u><u>786.006</u></u>	<u><u>853.954</u></u>

- (i) De acordo com o Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio celebrado entre a Companhia e o Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), a Companhia deve repassar ao CCSA o custo pela compra de volume de energia (conforme cláusula 31.1.1.1 do contrato EPC - Danos Acordados por atraso), ao preço da tarifa de energia resultante do leilão da UHE Santo Antônio (R\$ 78,87/MWh), para suprir atrasos na disponibilidade para entrada em operação comercial de unidades geradoras em relação ao cronograma do 1º termo aditivo ao Contrato de concessão nº 001/2008;
- (ii) Refere-se a valores a receber da seguradora, em função de gastos incorridos com efeitos da erosão na margem direita à jusante do rio Madeira, conforme apólice de responsabilidade civil (Nota 34). Em 19 de setembro de 2014, a Companhia recebeu da seguradora o saldo de indenização.
- (iii) O CCSA apresentou para a Companhia um cronograma de entrada em operação comercial, antecipando pela segunda vez o início de entrada em operação das unidades geradoras, de 01 de maio de 2012 para 15 de dezembro de 2011. A Companhia firmou em 23 de agosto de 2010, então, o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão com a ANEEL e firmou com o CCSA, no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio e em "Termos e Condições", o referido compromisso. No entanto, o cronograma de entrada em operação comercial das unidades geradoras não foi plenamente atendido, fazendo com que o resultado líquido desta apuração gerasse para a Companhia um ressarcimento junto ao CCSA.

Para a aferição do cálculo desse dispendio reembolsável, o CCSA requereu a aplicação da cláusula 31.1.2.1.1 do contrato EPC, que apresenta o limitador contratual de R\$ 122,00/MWh para o repasse do custo pela compra de volume de energia. Diante desta consideração, a Administração da Companhia efetuou, durante o exercício de 2014, análises adicionais, incluindo aspectos legais, e mudou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo. Assim, sobre o valor total do dispendio reembolsável de R\$ 1.434.778, foi reconhecido um *impairment* de R\$ 678.551, para refletir o valor esperado de recebimento de R\$ 756.227.

A Companhia e o Consórcio estão em tratativas no intuito de convergirem em um acordo com relação à forma e prazo de liquidação do pleito, bem como quanto à aplicabilidade do limitador contratual de R\$ 122,00/MWh.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Refere-se ao compromisso firmado entre a Companhia e a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR) no qual esta compensará financeiramente a Companhia em razão da alteração da localização da Subestação Coletora de Porto Velho (SE Coletora), de forma a atender à solicitação da Porto Velho Transmissora de Energia S.A. Essa alteração gerou uma redução dos custos da ESBR em função da diminuição, em relação ao previsto no Edital do leilão 006/08-ANEEL, na extensão da linha de transmissão que estabelece a conexão da UHE Jirau à SE Coletora e uma elevação de custos apurado pela Companhia em função da necessidade de aumento, em relação ao disposto no Edital do Leilão 005/07-ANEEL, da extensão da linha de transmissão que estabelece conexão da UHE Santo Antônio à SE Coletora. No compromisso está prevista correção monetária do saldo por IGP-M. A forma e o prazo para liquidação desse saldo estão sendo discutidos entre as companhias envolvidas.

8 Despesas pagas antecipadamente

O saldo das despesas pagas antecipadamente está representado por prêmios de seguros que são apropriados ao imobilizado ou ao resultado, conforme o objeto segurado, pelo regime de competência, de acordo com a vigência das correspondentes apólices (Nota 34). Em 31 de dezembro de 2014, o montante registrado como despesas antecipadas é de R\$ 38.115 no ativo circulante e de R\$ 37.557 no ativo não circulante (2013 – R\$ 29.871 no ativo circulante e R\$ 54.453 no ativo não circulante).

9 Tributos compensáveis

O saldo da conta “Tributos compensáveis” no montante de R\$ 65.100 (2013 - R\$ 3.426) registrado no ativo circulante e não circulante, refere-se, substancialmente, a créditos de PIS e COFINS apurados principalmente sobre compras de energia elétrica para revenda.

10 Depósitos em garantia

O saldo da conta “Depósitos em garantia”, no valor de R\$ 18.158 no ativo circulante corresponde, substancialmente, ao montante para fazer face aos juros da 3ª emissão de debêntures que são pagos semestralmente e o saldo de R\$ 152.946 (2013 - R\$ 157.637) no ativo não circulante, corresponde ao montante equivalente a três vezes o valor da última parcela de financiamento vencida, em atendimento às cláusulas contratuais de financiamento com o BNDES, e ao saldo de R\$ 9.084 (base fev/2014), correspondentes a R\$ 9.455 em dezembro de 2014, que devem ser mantidos aplicados na conta reserva de O&M durante toda vigência do Contrato de Cessão Fiduciária.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****11 Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo no início do exercício	8.956	10.209
Movimentação		
Ajustes RTT*		
Custos de transação de emissão de debêntures		(6.303)
Custos de transação de empréstimos e financiamentos		(22.321)
Amortização - Custos de transação de emissão de debêntures	1.084	
Amortização - Custos de transação de empréstimos e financiamentos	1.123	
Amortização de diferença temporária	(9.120)	
Amortização do Uso do bem público	19.473	26.225
Amortização RTT - Efetuada de acordo com a entrada em operação das turbinas, sendo amortizado 1/44 avos por mês/turbina	(2.608)	(1.288)
IRPJ - 25%	2.488	(921)
CSLL - 9%	896	(332)
Encargo fiscal	3.384	(1.253)
Saldo no final do exercício	12.340	8.956

*O RTT – Regime Tributário de Transição foi criado pela Medida Provisória nº 449/08 e convertida em 27 de maio de 2009 na Lei nº 11.941/09. A referida lei busca neutralizar os impactos tributários da adoção dos novos critérios contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/07, de 28.12.2007(Nota 2.16).

O saldo ativo do imposto de renda e da contribuição social diferidos, no montante de R\$ 12.340, em 31 de dezembro de 2014 (2013 - R\$ 8.956) foi calculado sobre diferenças temporárias e ajustes do Regime Tributário de Transição (“RTT”) reconhecidos em contrapartida ao resultado (Nota 32).

No dia 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que revoga o regime tributário de transição (RTT) e traz outras providências, com vigência a partir de 2015. A adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente realizados até a data de publicação desta lei.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.**
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia analisou os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma, e a adoção de forma antecipada dos preceitos atualmente disciplinados pela lei não deverá produzir impactos relevantes nas presentes demonstrações financeiras.

12 Imobilizado

		31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Terrenos	3,20%	67.171	(2.158)	65.013	52.341
Reservatórios, barragens e adutoras	3,30%	6.872.026	(229.518)	6.642.508	6.519.706
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,42%	2.366.304	(106.471)	2.259.833	1.418.279
Máquinas e equipamentos	4,05%	5.294.428	(269.941)	5.024.487	2.704.757
Total do imobilizado em serviço		14.599.929	(608.088)	13.991.841	10.695.083
Imobilizado em curso					
Terrenos		483		483	
Reservatórios, barragens e adutoras		2.018.200		2.018.200	1.751.425
Edificações, obras civis e benfeitorias		475.234		475.234	434.967
Máquinas e equipamentos		976.118		976.118	1.841.204
Veículos		2.893		2.893	2.078
Móveis e utensílios		4.724		4.724	2.748
A ratear		1.365.217		1.365.217	1.661.417
Material em depósito		45.373		45.373	40.267
Adiantamento a fornecedores		1.100.364		1.100.364	1.368.484
Outros		13.660		13.660	10.679
Total do imobilizado em curso		6.002.266		6.002.266	7.113.269
Total do imobilizado		20.602.195	(608.088)	19.994.107	17.808.352

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro foram as seguintes:

2014

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014		
	Valor líquido	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação
Imobilizado em serviço				
Terrenos	52.341		14.226	(1.554)
Reservatórios, barragens e adutoras	6.519.706		264.508	(141.706)
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.418.279		889.467	(47.913)
Máquinas e equipamentos	2.704.757		2.488.599	(168.869)
Total do imobilizado em serviço	10.695.083		3.656.800	(360.042)
Terrenos		483		
Reservatórios, barragens e adutoras	1.751.425	1.014.954	(748.179)	
Edificações, obras civis e benfeitorias	434.967	52.357	(12.090)	
Máquinas e equipamentos	1.841.204	909.776	(1.774.862)	
Veículos	2.078	5.324	(4.509)	
Móveis e utensílios	2.748	1.976		
A ratear	1.661.417	820.960	(1.117.160)	
Material em depósito	40.267	5.106		
Adiantamento a fornecedores	1.368.484	(268.120)		
Outros	10.679	2.981		
Total do imobilizado em curso	7.113.269	2.545.797	(3.656.800)	
Total do imobilizado	17.808.352	2.545.797		(360.042)

2013

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013		
	Valor líquido	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação
Imobilizado em serviço				
Terrenos	21.548		31.396	(603)
Reservatórios, barragens e adutoras	6.315.910		280.706	(76.910)
Edificações, obras civis e benfeitorias	612.078		859.356	(53.155)
Máquinas e equipamentos	1.068.437		1.721.131	(84.811)
Total do imobilizado em serviço	8.017.973		2.892.589	(215.479)
Terrenos	8.467	22.929	(31.396)	
Reservatórios, barragens e adutoras	870.406	926.507	(45.488)	
Edificações, obras civis e benfeitorias	717.713	432.622	(715.368)	
Máquinas e equipamentos	1.410.503	1.696.089	(1.265.388)	
Veículos	398	1.680		
Móveis e utensílios	2.296	452		
A ratear	1.512.972	983.394	(834.949)	
Material em depósito	37.020	3.247		
Adiantamento a fornecedores	1.944.658	(576.174)		
Outros	4.946	5.733		
Total do imobilizado em curso	6.509.379	3.496.479	(2.892.589)	
Total do imobilizado	14.527.352	3.496.479		(215.479)

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adiantamentos a fornecedores referem-se substancialmente a 5% do valor total do Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, descontado de 5% do total de serviços prestados e equipamentos entregues, mais valores previstos nos contratos firmados de compras de máquinas e equipamentos da UHE Santo Antônio. Todos os adiantamentos realizados são para aquisição de bens do ativo imobilizado.

No final de 2011, a Companhia iniciou o processo de unitização, que consiste no arrolamento, valoração e cadastramento dos bens, direitos e instalações em conformidade com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, Resolução Normativa nº 367/09. Com a entrada em operação comercial das 32 UG's, foram unitizados R\$ 14.599.929, conforme demonstrado no quadro de imobilizado de dezembro de 2014.

A Companhia adota como depreciação o método linear, tomando como base para a depreciação o valor do bem proporcionalizado à quantidade de unidades geradoras em operação que ele atende, sobre a quantidade de unidades geradoras que o bem atenderá quando concluída a fase de construção da UHE Santo Antônio.

A Companhia vem depreciando os terrenos em função de não ter, no Contrato de Concessão da UHE Santo Antônio, previsão de renovação da concessão e de indenização do valor residual dos bens ao término do período concessivo.

Em 2014, a Companhia capitalizou ao ativo imobilizado o montante de R\$ 498.543 (2013 - R\$ 621.793) correspondente a encargos de financiamentos adquiridos com o propósito específico de financiar a construção da UHE Santo Antônio.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui compromissos firmados no montante de R\$ 792.237 referentes ao contrato EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) para construção do empreendimento hidrelétrico.

13 Intangível

			31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				
Servidão permanente	3,20%	737	(65)	672
Software	20,00%	8.734	(3.056)	5.678
Direito de concessão - Uso do bem público - UBP	3,52%	199.339	(17.543)	181.796
Total do intangível em serviço		208.810	(20.664)	188.146
Intangível em curso				
Software		8.227		8.227
Total do Intangível em curso		8.227		8.227
Total do Intangível		217.037	(20.664)	196.373

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As movimentações do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro foram as seguintes:

2014

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014		
	Valor líquido	Adições	Transferência para intangível em serviço Amortização	Valor líquido
Intangível em serviço				
Servidão permanente	695		(23)	672
Software	7.424		(1.747)	5.677
Direito de concessão - Uso do bem público - UBP	188.176		(6.379)	181.797
Total do intangível em serviço	196.295		(8.149)	188.146
Total do intangível em curso	6.675	1.552		8.227
Total do intangível	202.970	1.552	(8.149)	196.373

2013

	31 de dezembro de 2012	31 de dezembro de 2013		
	Valor líquido	Adições	Transferência para intangível em serviço Amortização	Valor líquido
Intangível em serviço				
Servidão permanente	737		(42)	695
Software			(1.310)	7.424
Direito de concessão - Uso do bem público - UBP	194.555		(6.379)	188.176
Total do intangível em serviço	195.292		(7.731)	196.295
Total do intangível em curso	4.050	11.359	(8.734)	6.675
Total do intangível	199.342	11.359	(7.731)	202.970

A Companhia vem amortizando as servidões permanentes em função de não ter, no Contrato de Concessão da UHE Santo Antônio, previsão de renovação da concessão e de indenização do valor residual dos bens ao término do período concessivo.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****14 Fornecedores**

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	40.579	127.549
CCEE (compra de energia de curto prazo)	266.242	10.634
Encargos de uso da rede elétrica	60.788	55.231
Materiais e serviços (i)	354.440	116.096
Consórcio Construtor Santo Antônio (ii)	464.260	
	1.186.309	309.510
Não circulante		
Materiais e serviços (iii)		5.183
		314.693

- (i) Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica “Materiais e serviço” (354.440) registrado no passivo circulante, além de conter obrigações com fornecedores de materiais e serviços vincendas em 2015, é composto ainda por R\$ 64.241 em medições do Contrato *EPC* em atraso.
- (ii) Na rubrica “Consórcio Construtor Santo Antônio” estão registrados gastos incorridos com greves e paralisações ocorridas entre os anos de 2009 e 2013, que resultaram na elevação dos custos do Contrato *EPC* em função da improdutividade e da concessão de aumentos salariais e outros benefícios aos trabalhadores do consórcio. No exercício 2014, a Companhia liquidou R\$ 232.800 mil referentes aos gastos incorridos com greves e paralisações entre os anos de 2009 e 2012, os quais encontram-se garantidos pelo CCSA, através de garantia executável quando da apuração dos débitos (efeitos das greves) e créditos (dispêndios reembolsáveis). No cálculo dos dispêndios reembolsáveis, os impactos provenientes dos pleitos da Companhia junto à ANEEL deverão ser considerados. Em 31 de dezembro de 2013, esses valores foram apresentados em “Outras provisões”, no passivo não circulante.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$ 5.183 no passivo não circulante, refere-se à última parcela do contrato de seguro de riscos de engenharia firmado entre a Companhia e a HDI Seguros, com vencimento em janeiro de 2015.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
BNDES - Indireto (a)	R\$	TJLP	194.652	118.767
BNDES - Direto (a)	R\$	TJLP	184.841	112.973
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	JUROS de 10,0% a.a.	12.953	2.831
Passivo circulante			392.446	234.571
	Moeda	Encargos Financeiros	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
BNDES - Indireto (a)	R\$	TJLP	4.522.461	4.524.481
BNDES - Direto (a)	R\$	TJLP	4.371.549	4.375.012
Custo de Transação a amortizar (CPC 08) - BNDES (a)	R\$		(21.285)	(22.321)
Banco da Amazônia S.A. - FNO (b)	R\$	JUROS de 10,0% a.a.	618.946	601.039
Passivo não circulante			9.491.671	9.478.211
			9.884.117	9.712.782

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Contrato de Financiamento Direto n.º 08.2.1120.1 no montante de R\$ 3.092.586 e o Contrato de Repasse n.º 01/2009 no montante de R\$ 3.042.586 através de agentes financeiros. Também já foi liberada parte dos recursos do financiamento suplementar, sendo o Contrato de Financiamento Direto Suplementar n.º 12.2.1307.1, e o Contrato de Repasse Suplementar n.º 01/2013, ambos possuem o valor de R\$ 995.000 cada contrato.

(i) Composição dos recursos (valores históricos):

Subcrédito	Parcela direta				Parcela Indireta					Total	Total
	BNDES	Santander	Bradesco	Banco do Brasil	Itaú- BBA	BNB	CEF	Banco da Amazônia	BES		
"A"	1.612.571	185.500	180.200	296.051	71.550	206.170	530.000	100.700	42.400	1.612.571	3.225.142
"B"	912.776	105.000	102.000	167.576	40.500	116.700	300.000	57.000	24.000	912.776	1.825.552
"C"	198.827	22.872	22.218	36.502	8.822	25.420	65.348	12.416	5.228	198.826	397.653
"D"	14.154	1.628	1.582	2.598	628	1.810	4.652	884	372	14.154	28.308
"E.1"	137.642	15.833	15.381	25.270	6.107	17.598	45.239	8.595	3.619	137.642	275.284
"E.2"	166.616	19.167	18.619	30.589	7.393	21.302	54.761	10.405	4.381	166.617	333.233
"F"	50.000									50.000	
	3.092.586	350.000	340.000	558.586	135.000	389.000	1.000.000	190.000	80.000	3.042.586	6.135.172
Suplementar											
"G"	150.000	21.310	20.701	34.011	8.220		60.887		4.871	150.000	300.000
"H"	440.000	62.511	60.724	99.764	24.111		178.602		14.288	440.000	880.000
"K"	80.000	11.365	11.041	18.139	4.384		32.473		2.598	80.000	160.000
	670.000	95.186	92.466	151.914	36.715		271.962		21.757	670.000	1.340.000
	3.762.586	445.186	432.466	710.500	171.715	389.000	1.271.962	190.000	101.757	3.712.586	7.475.172

O referido contrato de financiamento tem como objetivo a implantação da UHE Santo Antônio (Nota 1).

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As principais condições do financiamento são:

(ii) Vencimento das parcelas – não circulante (principal e encargos)

							Não circulante
	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2020	Total
Principal e Encargos	194.347	386.237	435.988	485.740	492.306	6.899.392	8.894.010
	194.347	386.237	435.988	485.740	492.306	6.899.392	8.894.010

(iii) Garantias

- (a)** Penhor da totalidade das ações da Companhia de propriedade da Madeira Energia S.A. - MESA, acionista e Controladora da Companhia, dando as mesmas para o BNDES através da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças;
- (b)** Cessão fiduciária entre a Companhia e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade em decorrência do Contrato de Concessão de uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), Contratos de Compra de Reduções de Emissão de Carbono (CCRECs) se vierem a ser firmados e cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio;
- (c)** Suporte de acionistas e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento;
- (d)** Suporte de acionistas para cobertura de insuficiências que vier a ocorrer na execução do projeto, além de frustações das fontes de recursos previstas para utilização nos investimentos do projeto;
- (e)** Fiança Eletrobrás e Cemig para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações dos contratos de financiamento e insuficiências que ocorrerem na execução ou frustações das fontes de recursos previstas para o projeto;
- (f)** Suporte de acionistas suplementar e outras avenças para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato de financiamento suplementar;

(iv) Cláusulas restritivas

O financiamento contratado pela Companhia junto ao BNDES mencionado anteriormente, possui cláusulas restritivas, dentre outras, quanto à relação entre ativo total e patrimônio líquido, as quais vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia, com exceção do ICSD – Índice de cobertura do serviço da dívida, estabelecido pelo BNDES, mínimo de 1,2, apurado no período de janeiro a dezembro de 2014, para o qual a Companhia obteve “waiver” de todos seus agentes financeiros e debenturistas em dezembro de 2014.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(b) Banco da Amazônia S.A.**

As parcelas liberadas decorrem do contrato de financiamento firmado entre a Companhia e o Banco da Amazônia S.A. em 11 de março de 2009 e aprovado com base na Decisão de Diretoria nº 1.120/2008, de 16 de dezembro de 2008, com interveniência da Controladora da Companhia e de seus acionistas, no valor total de R\$ 503.420, cujos recursos financeiros são oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO. O referido contrato de financiamento tem como objetivo a implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (Nota 1). As principais condições do financiamento são:

(i) Vencimento das parcelas - não circulante (principal e encargos)

						Não circulante
	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2020
Principal e Encargos	20.463	42.229	42.229	42.229	42.229	429.567
	20.463	42.229	42.229	42.229	42.229	429.567
						618.946

(ii) Garantias e cláusulas restritivas

O Banco da Amazônia compartilha das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 15 (a) (iii) e (iv).

(c) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	234.571	9.478.211
Encargos financeiros provisionados	372.227	397.420
Encargos financeiros pagos	(381.356)	
Amortização de principal	(232.903)	
Empréstimos e financiamentos obtidos		15.000
Custo de transação amortizado		947
Transferências	399.907	(399.907)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	392.446	9.491.671

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**16 Debêntures****(a) 1ª Emissão**

Em setembro de 2012, a Companhia celebrou contrato para emissão de 1.520.120 debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais, divididas em duas séries, sendo a 1ª série recebida em 25 de outubro de 2012, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 770.448, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série recebida em 28 de junho de 2013, no valor de R\$ 760.060 (R\$ 809.346, atualizados até a data de recebimento), tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante do debenturista e a controladora Madeira Energia S.A - MESA, como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção para a exploração da concessão da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado (Nota 1).

A composição dos saldos dos encargos e do principal, referente às 1ª e 2ª séries das debêntures, é a seguinte:

					31 de dezembro de 2014		
Série	Valor unitário	Vencimento	Remuneração	Principal atualizado	Encargos	Custo a Amortizar	Total
1ª	R\$ 1.000,00	15 parcelas anuais a partir de 2023	IPCA + juros de 6,5% a.a.	879.655	129.602	(583)	1.008.674
2ª	R\$ 1.000,00	15 parcelas anuais a partir de 2024	IPCA + juros de 6,5% a.a.	879.655	88.361	(583)	967.433
				1.759.310	217.963	(1.166)	1.976.107

(i) Garantias e cláusulas restritivas

O FI-FGTS, na qualidade de debenturista, compartilha das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 15 (a) (iii) e (iv).

(b) 2ª Emissão

Em dezembro de 2012, a Companhia emitiu 4.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, recebida em 24 de janeiro de 2013, no valor atualizado de R\$ 424.924. O valor nominal unitário das debêntures é R\$ 100, totalizando R\$ 420.000, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas e a Controladora Madeira Energia S.A, como interveniente anuente.

O objetivo desta emissão foi captar recursos para desenvolvimento, implantação e construção para a exploração da concessão da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado (Nota 1).

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.**
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição dos saldos dos encargos e do principal, referente à 2ª emissão das debêntures, é a seguinte:

				31 de dezembro de 2014				
Emissão	Valor unitário (em reais)	Vencimento	Remuneração	Principal atualizado	Encargos	Encargos pagos	Custo a Amortizar	Total
2ª	R\$ 100.000,00	Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente	IPCA + juros de 6,2% a.a.	473.747	55.927	(55.701)	(4.527)	469.446
		27.12.2017 - 5,5% - Valor Nominal Unitário						
		27.12.2019 - 17,5% - Valor Nominal Unitário						
		27.12.2020 - 25,0% - Valor Nominal Unitário						
		27.12.2021 - 24,0% - Valor Nominal Unitário						
		27.12.2022 - Saldo do valor Nominal Unitário						
				473.747	55.927	(55.701)	(4.527)	469.446
Passivo circulante								226
Passivo não circulante								469.220

(i) Garantias e cláusulas restritivas

Os debenturistas compartilham das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 15 (a) (iii) e (iv).

(c) 3ª Emissão

Em 15 de abril de 2014, a Companhia emitiu 70.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais, nominativas, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, divididas em duas séries, totalizando o montante de R\$ 700 milhões, para distribuição pública, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante dos debenturistas e a Controladora como interveniente anuente. As duas séries foram recebidas entre os dias 02 e 05 de maio de 2014, sendo a 1ª série de R\$ 200 milhões (R\$ 201 milhões, atualizados até a data de recebimento) e a 2ª série no valor de R\$ 500 milhões (R\$ 504 milhões, atualizados até a data de recebimento).

O objetivo desta emissão foi de captar recursos para viabilização e implementação das 50 unidades geradoras da UHE Santo Antônio.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.**
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A composição dos saldos dos encargos e do principal, referente à 3ª emissão das debêntures, é a seguinte:

Série	Valor unitário	Percentual do valor nominal unitário atualizado a ser amortizado	Remuneração	31 de dezembro de 2014				
				Principal atualizado	Encargos	Encargos pagos	Custo a Amortizar	Total
1ª	R\$ 10.000,00	15 de abril de 2020 - 16,4% 15 de abril de 2021 - 49,3% 15 de abril de 2022 - Saldo	IPCA + juros de 7,05% a.a.	207.049	10.203	(7.156)	(4.930)	205.166
2ª	R\$ 10.000,00	15 de abril de 2022 - 25,1% 15 de abril de 2023 - 55,6% 15 de abril de 2024 - Saldo	IPCA + juros de 7,49% a.a.	518.815	27.083	(18.987)	(12.353)	514.558
				<u>725.864</u>	<u>37.286</u>	<u>(26.143)</u>	<u>(17.283)</u>	<u>719.724</u>
Passivo circulante								<u>11.143</u>
Passivo não circulante								<u>708.581</u>

(i) Garantias e cláusulas restritivas

Os debenturistas compartilham das mesmas garantias e restrições apresentadas na Nota 15 (a) (iii) e (iv).

17 Cauções em garantia

Referem-se à retenção de 5% do valor adiantado aos contratos firmados de compra de máquinas e equipamentos da UHE Santo Antônio, principalmente para a construção, transporte e montagem das 44 turbinas de geração de energia e dos painéis de controle. O montante retido é a garantia da entrega dos produtos no prazo definido. Em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 279.837 (2013 - R\$248.035) está registrado no passivo, sendo R\$ 95.188 (2013 - R\$ 78.704) no passivo circulante e R\$ 184.649 (2013- R\$ 169.331) no passivo não circulante.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****18 Impostos e contribuições sociais**

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante		
ICMS	8.736	6.919
ICMS diferencial de alíquotas (i)	14.072	
COFINS		1.980
PIS		408
INSS	790	1.049
ISS	5.975	5.914
Outros	1.171	647
	30.744	16.917
Não circulante		
ICMS diferencial de alíquotas (i)	41.941	
	41.941	
	72.685	16.917

- (i) A Companhia aderiu ao benefício fiscal previsto no Decreto Estadual/RO nº 18.496, de 08 de janeiro de 2014, o qual reduziu para 2% a alíquota do ICMS DA (Diferencial de Alíquota), decorrentes das operações de entrada de mercadorias ou bens destinados às obras de instalação, construção, operação e manutenção da usina em transações interestaduais. O saldo do imposto a pagar de R\$ 54.559, registrados no ativo circulante e não circulante, corresponde às entradas registradas nos períodos de 2009 a junho de 2014 e será quitado em 60 parcelas mensais a partir de julho de 2014.

Previsão de parcelamento do ICMS diferencial de alíquotas no passivo não circulante:

2015	2.371
2016	10.090
2017	11.063
2018	12.035
2019	6.382
	41.941

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**19 Obrigações estimadas com pessoal**

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Provisão de férias e 13º salário	4.349	4.042
Encargos sociais (INSS e FGTS)	3.477	1.699
	7.826	5.741

20 Adiantamentos de clientes

Em 2011, a Companhia firmou o contrato de fornecimento de energia nº 211/2011 com a BTG Pactual com prazo de fornecimento de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014. A Companhia recebeu, em 11 de julho de 2012, o montante de R\$ 261.531 a título de antecipação.

Em 17 de dezembro de 2014, a Companhia firmou com a BTG Pactual dois novos contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional para fornecimento de energia durante os meses de dezembro de 2014 e janeiro de 2015. Em 18 de dezembro de 2014, a BTG Pactual antecipou o pagamento de R\$ 154.789 referente a essas vendas.

Os valores antecipados são amortizados mensalmente conforme o fornecimento da energia contratado, conforme demonstrado a seguir:

	Circulante	Não circulante
Saldo em 01 de janeiro de 2013	122.948	117.914
Atualização monetária - IPCA	6.464	
Reconhecimento de receita	(129.412)	
Transfêrencia	117.914	(117.914)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	117.914	
Adiantamento	154.789	
Atualização monetária - IPCA	13.526	
Reconhecimento de receita	(239.545)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	46.684	

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****21 Concessões a pagar**

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Usina Santo Antonio	226.714	215.120
(-) Passivo circulante	(17.502)	(16.416)
Passivo não circulante	209.212	198.704

A Companhia tem contrato de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica na UHE Santo Antônio. A característica do negócio e do contrato indica a condição e a intenção das partes de executá-lo integralmente.

Buscando refletir adequadamente a contraprestação pecuniária da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no ativo intangível (Nota 13) em contrapartida do passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 6,94% a.a.

Os valores originais contratados demonstrados a seguir, atualizados monetariamente pela variação anual do IPCA, estão sendo pagos em 375 parcelas mensais a partir de abril de 2012 (Nota 1).

Usina / Anos de pagamento	Valor original		Valor atualizado	
	Pagamento mensal	Pagamento total	Pagamento mensal	Pagamento total
Usina Santo Antonio De 04.2012 a 06.2043	1.011	379.267	1.441	511.120

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(a) Mutação**

	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	16.416	198.704
Atualização - IPCA		31.776
Ajuste a valor presente		(3.125)
Pagamentos	(17.057)	
Transferências	18.143	(18.143)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	17.502	209.212

(b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

2016	18.137
2017	18.611
2018	18.952
2019	19.273
2020	19.608
2021 a 2043	114.631
	209.212

22 Encargos regulamentares e setoriais

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH) (i)	12.418	3.915
Pesquisa e desenvolvimento (ii)	22.139	10.046
Taxa de fiscalização - ANEEL (iii)	227	141
	34.784	14.102

- (i) A CFURH, criada pela Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989, é calculada com base na geração mensal efetiva das usinas hidrelétricas. Destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% se destinam aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério de Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia, e 4% ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (ii) De acordo com a Lei nº 9.991/2000, as concessionárias e autorizadas de geração são obrigadas a aplicar no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os recursos para investimento em P&D são distribuídos 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, 20% para o Ministério de Minas e Energia - MME, e 40% para os projetos de P&D regulados pela ANEEL e administrados pela Companhia. Enquanto não aplicados, o saldo de recursos em poder da Companhia é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC.
- (iii) A Taxa de Fiscalização foi instituída pela Lei nº 9.427/96, alterada pela Lei nº 12.783/13 e seu cálculo é regulamentado pelo Decreto nº 2.410/97. A taxa equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela ANEEL.

23 Provisões socioambientais

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante		
Programas básicos ambientais (i)	99.205	79.934
Compensação ambiental (ii)	12.108	12.956
	111.313	92.890
Não circulante		
Programas básicos ambientais (i)	188.405	300.509
Compensação ambiental (ii)	59.764	65.395
	248.169	365.904
	359.482	458.794

- (i) Nas rubricas “Programas básicos ambientais” estão registradas as estimativas da Administração com relação aos gastos socioambientais que a Companhia incorrerá a fim de mitigar o impacto causado pela construção da UHE Santo Antônio, em cumprimento aos programas previstos nas Licenças de Instalação nº 540/2008 e de Operação nº 1.044/2011 expedidas pelo IBAMA. Essas licenças estabelecem que sejam executados os seguintes Programas Básicos Ambientais (PBA), entre outros:

- Programa de Monitoramento do Lençol Freático;
- Programa de Monitoramento Sismológico;
- Programa de Monitoramento Climatológico;
- Programa de Conservação da Flora;
- Programa de Conservação da Fauna;
- Programa de Conservação da Ictiofauna;
- Programa de Saúde Pública;
- Programa de Remanejamento da População Atingida;

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(a) Movimentação das provisões ambientais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014**

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	79.934	300.509
Atualização monetária		20.928
Amortizações	(113.761)	
Transferências	133.032	(133.032)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>99.205</u>	<u>188.405</u>

- (ii) O saldo registrado em “Compensação ambiental”, calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, corresponde a 0,5% (R\$ 56.159) do valor de referência do empreendimento, previsto na Licença de Instalação nº 540/2008 e definido na Licença de Operação nº 1.044/11, expedidas pelo IBAMA. Esses recursos, destinados a compensar os impactos ambientais causados pela obra, e que em 31 de dezembro de 2014 equivalem a R\$ 12.108 no passivo circulante (2013 – 12.956) e R\$ 59.764 no passivo não circulante (2013 - R\$ 65.395), estão sendo atualizados pela Selic, conforme instruções do IBAMA e ICMBio que substituíram o índice de atualização de IPCA-e para Selic. O IBAMA, por meio do Comitê de Compensação Ambiental Federal – CCAF, deliberou que a destinação dos recursos da Compensação Ambiental será distribuída entre entidades do Município de Porto Velho (R\$ 1.000), do Estado de Rondônia (R\$ 14.000) e da União (R\$ 41.159) atualizados até a data da compensação. A Companhia firmou Termo de Cooperação com o Município de Porto Velho e realizou todos os projetos previstos para essa entidade a um custo de R\$ 848, restando saldo de R\$ 336 a investir. Com as demais entidades, o CCAF está consultando os gestores para que indiquem a forma de aplicação dos recursos.

24 Provisão para contingências**(a) Risco provável**

Refere-se ao auto de infração lavrado em 23 de dezembro de 2008, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no valor de R\$ 7.700. O objeto do referido auto é a imposição de multa à Companhia por suposta conduta lesiva ao meio ambiente, caracterizada pela alegada mortandade de 11.000 kg de peixes de várias espécies em decorrência de eventual poluição nas enseadeiras da UHE Santo Antônio, no rio Madeira, município de Porto Velho - RO.

Em 13 de janeiro de 2009, a Companhia apresentou defesa administrativa. Em 19 de julho de 2011, a Equipe Técnica do IBAMA informou sobre a majoração do valor da multa e notificou a Companhia para a apresentação de Alegações Finais. Em 8 de agosto de 2011, a Companhia apresentou manifestação acerca da majoração da multa e Alegações Finais. Em 25 de novembro de 2014 foi recebida decisão de indeferimento da defesa da Companhia. Em 15 de dezembro de 2014 a Companhia apresentou recurso administrativo com a decisão de indeferimento. Consoante o entendimento dos seus advogados, a expectativa é de perda provável no montante de R\$ 9.664 em relação ao mérito da autuação (2013 - R\$ 8.697) e de perda possível em relação às agravantes de penalidade citadas no referido auto.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(b) Risco possível**

Em 31 de dezembro de 2014, existem processos no montante de R\$ 1.592.155, conforme demonstrados a seguir, cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

	31 de dezembro de 2014
Trabalhista (i)	9.195
Cível (ii)	1.208.056
Administrativo ambiental (iii)	13.122
Administrativo tributário (iv)	361.782
	1.592.155

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes:

(i) Trabalhistas

Diversas ações, nas quais a Companhia responde, em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.

(ii) Cível

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta das desapropriações realizadas.

(iii) Administrativo ambiental

Diversos autos de infração referentes a questões ambientais como mortandade de peixes e ocorrência de queimadas em áreas da Companhia.

(iv) Administrativo tributário

Processos administrativos para discussão de não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal, bem como discussão de compensação de IRRF.

25 Outras provisões

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de R\$ 176.698 refere-se ao ressarcimento ao CCSA pela Companhia de custos relacionados à extensão de prazo no cronograma contratual de entrada em operação comercial, oriundo dos efeitos das paralizações causadas pelas greves durante os anos de 2009 a 2013 (eventos de caso fortuito – força maior) no canteiro de obras da UHE Santo Antônio.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O saldo de R\$ 503.705, em 31 de dezembro de 2013, está registrado no circulante na rubrica de Fornecedores (Nota 14) em 31 de dezembro de 2014.

26 Patrimônio líquido**(i) Capital subscrito e integralizado**

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.636.904 (2013 - R\$ 5.927.870), dividido em 8.636.904.456 (2013 - 5.927.870.456) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade integral da Madeira Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social da Controladora integral, Madeira Energia S.A., totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 9.455.706 (2013 - R\$ 6.746.672), dividido em 9.455.705.724 (2013 - 6.746.671.724) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cuja titularidade está distribuída pelos seguintes acionistas:

	Valores em R\$ mil		Participação (%) em 31 de dezembro de 2014
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
Cemig Geração e Transmissão S.A. ³	915.667	674.667	10,00
Eletrobrás - Furnas ²	3.710.332	2.631.202	39,00
Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia	1.914.135	1.349.335	20,00
Odebrecht Energia do Brasil S.A.	1.780.145	1.254.881	18,60
SAAG Investimentos S.A. ³	1.135.427		12,40
Andrade Gutierrez Participações S.A. ¹		836.587	
	9.455.706	6.746.672	100,00

- ¹ Em 27 de maio de 2014, a acionista da Controladora, Andrade Gutierrez Participações S.A. ("AGPAR"), transferiu a totalidade de sua participação acionária na Controladora à SAAG Investimentos S.A. ("SAAG").

A SAAG é uma sociedade anônima controlada pela AGPAR que passou a deter a totalidade das ações da Controladora, anteriormente pertencentes à AGPAR, não havendo, portanto, alteração de controle no âmbito da MESA.

Adicionalmente, a AGPAR continua solidariamente responsável por todas as obrigações a serem assumidas pela nova acionista SAAG.

(ii) Capital social a integralizar na Controladora com efetivação imediata e de iguais valores na Companhia

Em 21 de outubro de 2014, em ATA de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foram aprovados os aumentos de capital da Controladora e da Companhia em R\$ 1.590.000, mediante a emissão de 1.590.000.000 ações ordinárias nominativas, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) cada a serem integralizadas da seguinte forma: (a) R\$ 810.000 no ato de subscrição; (b) R\$ 414.000, em 25.10.2014; e (c) o saldo, correspondente a R\$ 366.000 em 10.01.2015. Em 31 de dezembro de 2014, tem-se o seguinte na Controladora:

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Acionistas	Participação (%)	Capital subscrito	Capital integralizado	Capital a integralizar	Integralizações com
	em 31 de dezembro de 2014				prazos para exercício suspensos
Cemig Geração e Transmissão S.A. ³	10,00%	81.000	81.000		78.000
Eletrobrás - Furnas ²	39,00%	620.100	455.130	164.970	
Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia	20,00%	318.000	244.800	73.200	
Odebrecht Energia do Brasil S.A.	18,60%	295.740	227.664	68.076	
SAAG Investimentos S.A. ³	12,40%	100.440	100.440		96.720
	100,00%	1.415.280	1.109.034	306.246	174.720

² Eletrobrás – Furnas realizará, em 08 de janeiro de 2015, aporte complementar de R\$ 22.230 na Controladora referente ao saldo de sua participação na integralização de R\$ 414.000, conforme item (b) do parágrafo anterior.

³ Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. ("SAAG") e a CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") ingressaram com ação cautelar em face da Madeira Energia S.A. - MESA ("MESA"), acionista da Companhia, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, cuja constituição foi requerida, em 19 de novembro de 2014, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela CEMIG, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada, pelos acionistas requerentes, suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e CEMIG e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21.11.2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar, se instaurada, será sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, e terá a MESA (e não a SAE) como parte.

(iii) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC na Controladora com efetivação imediata e de iguais valores na Companhia

Em 03 de outubro de 2014, a Odebrecht Energia do Brasil S.A. realizou adiantamento para futuro aumento de capital na Controladora no montante total de sua participação nas integralizações previstas na AGE de 21.10.2014 (Item ii, acima), R\$ 295.740. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de AFAC é de 68.076, conforme demonstrado abaixo, que deverá ser integralizado janeiro de 2015.

Adiantamento para futuro aumento de capital em 03.10.2014	295.740
Aumento de capital em 21.10.2014	(150.660)
Aumento de capital em 27.10.2014	(55.800)
Aumento de capital em 09.12.2014	(21.204)
	<u>68.076</u>

27 Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (em milhares, exceto valor por lote de mil ações, apresentado em reais):

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	2014	2013
Prejuízo do exercício	(2.202.228)	(12.973)
Média ponderada do número de ações ordinárias	6.868.492.149	5.507.254.018
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias (em R\$)	(320,63)	(2,36)

28 Receita operacional líquida

	2014	2013
Fornecimento de energia à indústria	662.227	915.470
Suprimento de energia elétrica	2.214.633	850.363
Energia de curto prazo	12.608	
	2.889.468	1.765.833
(-) Deduções da receita		
P & D	(25.206)	(14.824)
ICMS	(84.171)	(115.978)
PIS e COFINS	(259.491)	(152.612)
	(368.868)	(283.414)
Receita líquida de venda de energia	2.520.600	1.482.419
Compartilhamento de receita líquida relacionada ao 2º cronograma de antecipação (Nota 32)	(176.640)	(181.834)
Receita operacional líquida	2.343.960	1.300.585

Em 31 de dezembro de 2014, a UHE Santo Antônio possui 32 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.218 MW médios de garantia física. Em 31 de dezembro de 2013, havia 16 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 1.139,9 MW médios de garantia física.

29 Gastos operacionais**(a) Custos do serviço de energia elétrica**

	2014			2013		
	Com energia elétrica	De operação	Total	Com energia elétrica	De operação	Total
Energia de curto prazo - CCEE*	(1.782.604)		(1.782.604)	(134.354)		(134.354)
Energia comprada para revenda	(1.156.907)		(1.156.907)	(1.066.033)		(1.066.033)
Encargos de uso e conexão	(533.204)		(533.204)	(287.608)		(287.608)
Créditos PIS/ COFINS	321.428		321.428	137.640		137.640
Pessoal		(34.558)	(34.558)		(19.060)	(19.060)
Material		(3.652)	(3.652)		(1.511)	(1.511)
Serviços de terceiros		(17.065)	(17.065)		(24.996)	(24.996)
Depreciação e amortização		(366.444)	(366.444)		(221.899)	(221.899)
Outras		(213.109)	(213.109)		(19.215)	(19.215)
	(3.151.287)	(634.828)	(3.786.115)	(1.350.355)	(286.681)	(1.637.036)
Compartilhamento de custos relacionados ao 1º cronograma de antecipação (Nota 32)	(81.666)		(81.666)	108.612		108.612
Compartilhamento de custos relacionados ao 2º cronograma de antecipação (Nota 32)	190.471		190.471	607.572		607.572
	108.805		108.805	716.184		716.184
	(3.042.482)	(634.828)	(3.677.310)	(634.171)	(286.681)	(920.852)

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

* Em 2014, do montante de R\$ 1.782.604 dispendido no mercado de curto prazo - CCEE, R\$ 1.044.096 referem-se a gastos decorrentes do GSF (*Generation Scaling Factor* - Fator de ajuste de geração) e R\$ 723.467 decorrem de gastos com FID – Fator de Disponibilidade.

(b) Despesas gerais e administrativas

	2014	2013
Pessoal	(34.365)	(26.510)
Material	(4.403)	(1.549)
Serviços de terceiros	(57.056)	(45.163)
Amortização	(1.747)	(1.310)
Alugueis e arrendamentos	(5.480)	(4.259)
Seguros	(19.551)	(11.178)
Tributos	(364)	(1.117)
Outras	(15.057)	(9.492)
Compartilhamento de despesas relacionados ao 2º cronograma de antecipação	334	697
	<u>(137.689)</u>	<u>(99.881)</u>

30 Resultado líquido do cronograma de antecipação

	2014	2013
Compartilhamento com o Consórcio Construtor Santo Antônio:		
Receita operacional líquida (i)	(176.640)	(181.834)
Custos referentes ao 1º. cronograma de antecipação (ii)	(81.666)	108.612
Gastos referentes ao 2º. cronograma de antecipação (iii)	190.805	608.269
	<u>(67.501)</u>	<u>535.047</u>

- (i) Compartilhamento de 90% da venda de energia do segundo bloco de antecipação, líquida dos encargos inerentes a essa comercialização (PIS, COFINS, ICMS e P&D), conforme Nota 7 (iii).
- (ii) Compartilhamento de custo pela compra de volume de energia, ao preço da tarifa de energia resultante do leilão da UHE Santo Antônio (R\$ 78,87/MWh), para suprir atrasos na disponibilidade para entrada em operação comercial de unidades geradoras em relação ao cronograma do 1º termo aditivo ao Contrato de concessão nº 001/2008, conforme Nota 7(i).
- (iii) Compartilhamento de 90% do custo pela compra de volume de energia para revenda e pela contratação de uso e conexão do sistema de transmissão para atender ao segundo cronograma de antecipação, líquidos de créditos de PIS e COFINS decorrentes desses gastos, conforme Nota 7 (iii).

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.**
**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
31 Resultado financeiro

	2014	2013
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	25.011	9.406
Variações monetárias moeda nacional	23.336	3.418
Outras receitas financeiras	11.684	2.471
Ajuste a valor presente	3.125	1.752
	<u>63.156</u>	<u>17.047</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(537.076)	(234.986)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(31.776)	(27.627)
Variações monetárias moeda nacional	(120.380)	(38.086)
Outras despesas financeiras	(108.526)	(7.920)
	<u>(797.758)</u>	<u>(308.619)</u>
	<u><u>(734.602)</u></u>	<u><u>(291.572)</u></u>

32 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e ajustes RTT, entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	2014	2013
Ajustes RTT		
Amortização de diferença temporária	(9.120)	
Amortização - Custos de transação de emissão de debêntures	1.084	(6.303)
Amortização - Custos de transação de empréstimos e financiamentos	1.123	(22.321)
Amortização do Uso do bem público	19.473	26.225
Amortização RTT - Efetuada de acordo com a entrada em operação das turbinas, sendo amortizado 1/44 avos por mês/turbina	(2.608)	(1.288)
	<u>9.952</u>	<u>(3.687)</u>
IRPJ - 25%	2.487	(922)
CSLL - 9%	896	(331)
Encargo fiscal	<u><u>3.383</u></u>	<u><u>(1.253)</u></u>

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Partes relacionadas

		Saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro			Montante das transações nos exercícios findos em 31 de dezembro					
		Ativo		Passivo	Imobilizado		Receita		Despesa	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2013
Circulante		Relação com a Companhia								
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	Acionista da Controladora*	64.302	32.244	1.200		781.495	260.851	10.699	3.636	
CEMIG Distribuição S.A.	Acionista comum	12.296	5.462			85.747	28.645			
Construtora Norberto Odebrecht	Acionista comum			124.068	465.499					
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	Acionista comum			86.579	376.680					
Odebrecht Serviços e Participações	Acionista comum			86.579	376.680					
Odebrecht Energia do Brasil S.A.	Acionista da Controladora*			11.740				906		
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Acionista da Controladora*			363				28		
Eletrôbras Furnas	Acionista da Controladora*			4.174				44.040	49.217	
Não Circulante										
Construtora Andrade Gutierrez S.A.	Acionista comum	34.896	39.509							
Construtora Norberto Odebrecht	Acionista comum	74.711	109.497	15.914						
Odebrecht Serviços e Participações	Acionista comum	27.596	40.902	48						
		213.801	227.614	330.665	1.218.859	867.242	289.496	55.673	52.853	

* Nota 26

CEMIG Geração e Transmissão S.A. - O saldo registrado refere-se aos dois contratos de compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre celebrados em 19 de março de 2009, em que a Companhia atua como vendedora de energia para a CEMIG de montantes variáveis durante grande parte do período de motorização da UHE Santo Antônio, sendo um contrato de 400 megawatts médios e outro de 250,4 megawatts médios, com prazo de vigência compreendido entre 1º de maio de 2012 e 31 de dezembro de 2027 e a encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia.

CEMIG Distribuição S.A – O saldo refere-se ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs, relativo à participação da CEMIG Distribuição S.A no Leilão nº 05/2007 - ANEEL, no qual foram comercializados 70% da energia assegurada da UHE Santo Antônio. A Cemig Distribuição comprou da Companhia 117,8 megawatts médios com prazo de suprimento compreendido entre 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2041.

Notas Explicativas**Santo Antônio Energia S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Construtora Andrade Gutierrez S.A - A Companhia possui contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Andrade Gutierrez S.A. participa sendo responsável pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil).

Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Odebrecht Serviços e Participações S.A - A Companhia possui contrato para Implantação da UHE Santo Antônio, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito da central geradora da UHE Santo Antônio com o Consórcio Construtor Santo Antônio - CCSA, do qual a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO) e a Odebrecht Serviços e Participações S.A. participam sendo responsáveis pelos serviços de elaboração de projetos e de obras civis (Consórcio Santo Antônio Civil) e, adicionalmente, a CNO, pelo gerenciamento e execução dos serviços de montagem eletromecânica.

Eletrobrás Furnas - A Companhia tem contrato de Compartilhamento de infraestrutura de comunicação para a operação de UHE Santo Antônio, que vigorou de novembro de 2011 a abril de 2014; e contrato de Serviços de Engenharia do Proprietário, com vigência de 17 de dezembro de 2008 a 28 de fevereiro de 2016. Adicionalmente, a Companhia mantém com Eletrobrás Furnas transações de encargos de uso da rede pelo serviço de transmissão de energia.

Odebrecht Energia do Brasil S.A. - O saldo registrado refere-se a custos financeiros incorridos para que as obras da UHE Santo Antônio ocorressem conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão. O saldo é atualizado por TJLP acrescida de 3,1%.

Andrade Gutierrez Participações S.A. - O saldo registrado refere-se a custos financeiros incorridos para que as obras da UHE Santo Antônio ocorressem conforme o cronograma previsto no Contrato de Concessão. O saldo é atualizado por TJLP acrescida de 3,1%.

Remuneração dos administradores

	2014	2013
Remuneração	3.606	2.921
Participação em resultados	4.876	1.857
Benefícios diretos e indiretos	223	226
Total	8.705	5.004

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34 Seguros (não auditado)

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política corporativa e conta com o apoio de seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, a preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato ou empreendimento, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros e cumprimento de determinações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante de cobertura de seguros da Companhia é considerado suficiente para fazer face a eventuais sinistros e garantir a conclusão da construção e das operações da UHE Santo Antônio.

Modalidade	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (IS) / Valor em Risco (VR)	Prêmio
Garantia	Garantia de obrigações públicas - ANEEL	07.03.2008 a 11.10.2016	97.500	20.227
Obras Cíveis - Construção, instalação e montagem	Risco de engenharia - <i>All Risks</i>	11.11.2008 a 03.11.2016	9.397.538	161.390
	Responsabilidade civil	11.11.2008 a 03.11.2016	10.000	
	ALOP (Perda de receita por atraso na obra, devido a sinistro de danos materiais)	11.11.2008 a 03.11.2016	1.630.155	
Manutenção Garantia	RE/ <i>All Risks</i> dos equipamentos sob o período de manutenção/garantia	23.03.2011 a 30.11.2017	5.129.485	30.825
Compreensivo Multirisco	Almoxarifado de materiais permanentes	26.09.2014 a 26.09.2015	77.000	86
Responsabilidade Civil - Obras - 2ª Layer	RC Obras/Cruzada e empregador	06.04.2012 a 06.04.2015	60.000	558
Transportes - Nacional	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU	31.01.2010 a 31.12.2015	3.176.314	2.460
Transportes - Internacional	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU	31.01.2010 a 31.12.2015	USD 309.750	USD 355
Responsabilidade Civil - Operações - Concessionárias de Energia	Danos a terceiros devido operações da UHE	23.03.2013 a 23.03.15	70.000	480
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores (D&O)	RC atribuída aos Diretores e Administradores	15.08.2014 a 15.08.2015	150.000	424
Riscos Operacionais	Riscos operacionais: todos os contratos de serviços permanentes da usina, materiais nele incorporados, edifícios e seus conteúdos	22.04.2014 a 22.04.2015	500.000	15.941

Valor em Risco (VR): valor do bem, ou conjunto de bens segurados.
Importância Segurada (IS): limite de responsabilidade da seguradora.

35 Informação por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Madeira, município de Porto Velho-RO, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informação por segmento para suas análises.

Notas Explicativas

Santo Antônio Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36 Eventos subsequentes

Em 08 de janeiro de 2015, Eletrobrás – Furnas aportou R\$ 22.230, na Controladora, referentes a saldo de sua participação na integralização de R\$ 414.000, conforme Nota 26(ii). O mesmo aporte foi realizado pela Controladora na Companhia.

Em 12 de janeiro de 2015, o Fundo de Investimentos em Participações Amazônia Energia – FIP aportou R\$ 73.200 na Controladora, valor correspondente aos 20% de sua participação no aporte de R\$ 366.000, previsto em AGE de 21 de outubro de 2014 (Nota 26(ii)). Desse montante aportado, R\$ 10.720 foram integralizados na mesma data e R\$ 62.480 foram registrados como AFAC. O mesmo aporte foi realizado pela Controladora na Companhia e a mesma movimentação no patrimônio líquido da Companhia foi registrada.

Em 12 de janeiro de 2015, Eletrobrás – Furnas aportou R\$ 20.904 na Controladora, que correspondem a 14,64% de sua parcela no aporte de R\$ 366.000 previsto em AGE do dia 21 de outubro de 2014 (Nota 26(ii)), restando nessa data saldo de R\$ 121.836 a serem aportados por essa acionista. O mesmo aporte foi realizado pela Controladora na Companhia.

Em 12 de janeiro de 2015, foram integralizados, na Controladora, R\$ 9.970 do AFAC realizado pela Odebrecht Energia do Brasil (Nota 26(iii)), restando nessa data saldo de R\$ 58.106 em AFAC dessa acionista a serem integralizados. A mesma movimentação foi realizada no patrimônio líquido da Companhia.

Em 21 de janeiro de 2015, Eletrobrás – Furnas aportou mais R\$ 83.616 na Controladora, que correspondem a 58,58% de sua parcela no aporte de R\$ 366.000 previsto em AGE do dia 21 de outubro de 2014 (Nota 26(ii)), restando nessa data saldo de R\$ 38.220 a serem aportados por essa acionista. O mesmo aporte foi realizado pela Controladora na Companhia.

Em 21 de janeiro de 2015, foram integralizados na Controladora mais R\$ 39.878 do AFAC realizado pela Odebrecht Energia do Brasil (Nota 26(iii)), restando nessa data saldo de R\$ 18.228 em AFAC dessa acionista a serem integralizados. A mesma movimentação foi realizada no patrimônio líquido da Companhia.

Em 21 de janeiro de 2015, foram integralizados na Controladora mais R\$ 42.880 do AFAC realizado no dia 12 de janeiro de 2015 pelo FIP, restando nessa data saldo de R\$ 19.600 em AFAC dessa acionista a serem integralizados. A mesma movimentação foi realizada no patrimônio líquido da Companhia.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santo Antônio Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Santo Antônio Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santo Antônio Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração
do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 16 de março de 2015.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, CRC 2SP000160/O-5.